

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça aumenta em 30% gasto com benefícios a juízes

Ajuda de custo a magistrados e servidores do Judiciário consumiu R\$ 7,2 bi

Benefícios do Judiciário têm salto de 30% durante crise

O pagamento de benefícios e verbas indenizatórias a magistrados e servidores do Judiciário subiu 30% de 2014 para 2015, no pico da crise econômica no país.

A alta nos chamados “penduricalhos” foi de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 7,2 bilhões, segundo relatório divulgado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A conta inclui gastos como auxílios moradia e educação, diárias e passagens.

**Salto foi registrado
entre 2014 e 2015,
período em que
a crise econômica se
agravou no país**

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

O pagamento de benefícios e verbas indenizatórias a magistrados e servidores do Judiciário subiu 30% de 2014 para 2015, ano em que a crise econômica no país se agravou.

Os chamados “penduricalhos” subiram de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 7,2 bilhões, de acordo com dados do último

“Justiça em Números”, relatório divulgado anualmente pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Fazem parte deste tipo de gasto diferentes ajudas de custo, tais como auxílio-moradia, auxílio-educação, diárias, passagens, entre outros.

Grande parte desta verba não é considerada no cálculo do abate-teto, corte feito nos vencimentos dos funcionários públicos para que não ultrapassem o limite remuneratório definido pela Constituição (R\$ 33,7 mil, equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal).

Parte da alta se deve à decisão liminar do ministro do STF Luiz Fux que garantiu a todos os magistrados do país auxílio moradia de R\$ 4,3 mil. O plenário da corte não tomou decisão definitiva sobre o tema, que se arrasta há mais de dois anos.

Assim como todas as verbas indenizatórias, os tribunais não exigem comprovante de gasto para que o magistrado tenha direito a ela.

RETALIAÇÃO

Os vencimentos acima do teto passaram a ser alvo do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que formou em novembro uma comissão para debater o tema. A medida foi classificada por entidades de classe como uma retaliação à categoria, em razão dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

Há anos discute-se formas para regulamentar os benefícios. No STF, discute-se há anos uma reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), de 1979.

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei de 2015 é alvo de críticas por exigir o corte até de pagamentos de dívidas do Estado com funcionários públicos.

“Há uma extrema má vontade de enfrentar a questão remuneratória do Judiciário. Definir quais incentivos se deve dar à magistratura”, afirmou o presidente da AMB, Jayme de Oliveira.

DESGASTE

Não há regra nacional para a concessão dos penduricalhos. O Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, por exemplo, compromete 19,9% de sua folha de pessoal com esses gastos. Já o Tribunal de Justiça do Ceará, 4,7%.

“Esse tema gera um desgaste para a magistratura como um todo. Queremos a valorização dentro de parâmetros, com remuneração digna, transparente e legal”, diz Oliveira.

Em 2015, os magistrados tiveram um aumento de cerca de 15% nos seus salários, seguindo o reajuste dado aos ministros do STF.

CONTINUA

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Contudo, dados do CNJ mostram que o gasto com salários e encargos em todo o Judiciário caiu quase 5% de 2014 para 2015.

O movimento se deve ao fato de servidores do Judiciário não terem obtido reajuste em alguns Estados.

“Os magistrados têm aumento automático após o reajuste do Supremo. Servidores dependem de projeto de lei na Assembleia. Por conta da crise, isso não aconteceu ou foi adiado em muitos Estados”, disse o presidente da Fenajud (federação de sindicatos de servidores do Judiciário), Luiz Fernando Pereira Souza.

CAMPÊÕES

Os tribunais que mais comprometem a folha com “penduricalhos”, além do TJM-SP, são os TJs de Roraima (17,8%), Rondônia (17,2%), Rio e Pernambuco (ambos 16,6%).

O presidente da AMB defende a definição de regras padronizadas para todos os Estados.

Ele afirma, contudo, que o teto não deve ter como base apenas a remuneração dos ministros do STF, mas também os benefícios a que eles têm direito.

“O teto deve ser o Supremo. Mas o Supremo tem direito a ajuda de custo para moradia, saúde, transporte? Então nós não podemos dizer que é só o salário que é o teto, mas todos os outros benefícios não contam. Temos que ter uma magistratura única, sendo igual a todo mundo”, diz ele.

CONTINUA

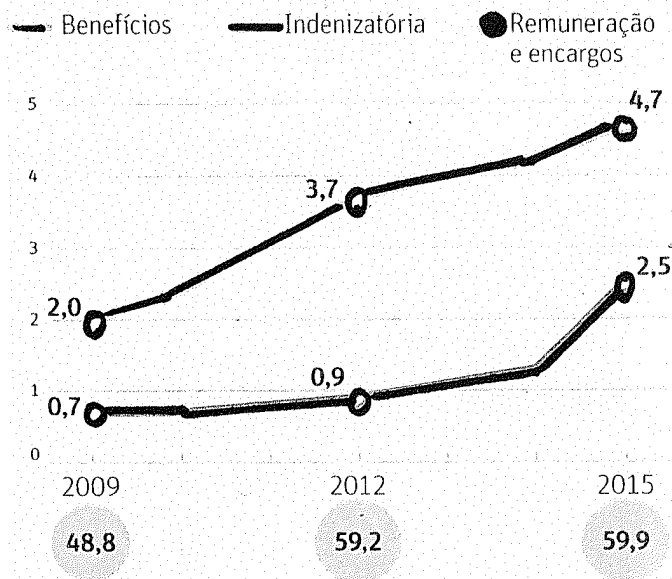
CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO

PENDURICALHOS NA JUSTIÇA

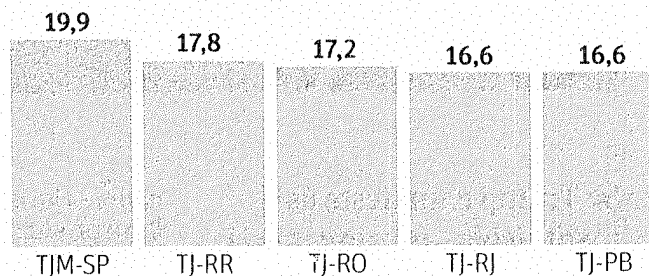
Justiça aumentou gastos com benefícios

30 JAN 2017

Despesa com magistrados e servidores do judiciário
Em R\$ bilhões, por ano



Campeões dos penduricalhos
(% sobre gasto total com recursos humanos)



Exemplos de penduricalhos

- > Auxílio-moradia
- > Auxílio-educação
- > Diárias de viagens

Fonte: "Justiça em Números 2016", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



CONTINUA

Liminar de Fux (acima) garantiu auxílio moradia de R\$ 4,3 mil

Pagamentos estão previstos em leis federais e estaduais, dizem tribunais

Os tribunais que mais gastam proporcionalmente com verbas indenizatórias e benefícios afirmam que o pagamento é previsto em leis federais e estaduais.

“Não há como considerar alto demais o percentual gasto com benefícios uma vez que todos os rendimentos e suas variáveis são pagos dentro da lei”, afirma o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, em nota.

Os “penduricalhos” representam um total de 19,9% do gasto com pessoal, de acordo com o último “Justiça em Números”, relatório elaborado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

“Os Tribunais de Justiça, em razão da autonomia administrativa, vêm implementando políticas internas de valorização de pessoal com pagamento de vantagens e benefícios observando-se os critérios da conveniência e oportunidade. Por outro lado, grande parte dos benefícios é comum em diversos órgãos públicos, não havendo que se falar em despesas desnecessárias ou em demasia”, afirma nota do TJ de Roraima, assinada por Hebert Catarina, secretário de gestão de pessoas da corte.

PRODUTIVIDADE

Os quatro tribunais que mais gastam como essa rubrica destacam em suas respostas a produtividade da corte.

“Para a Justiça de Rondônia, esses percentuais orçamentários destinados aos recursos humanos, inclusive para a capacitação e treinamento de pessoas, são um in-

vestimento feito pela instituição com objetivo de levar melhoria, de modo direto ou em atividades de apoio, aos serviços jurisdicionais”, afirma o TJ de Rondônia.

O TJ do Rio disse que “os benefícios pagos a magistrados e servidores são custeados por recursos próprios do Poder Judiciário fluminense, o seu Fundo Especial, observando seu equilíbrio fiscal e orçamentário”.

“Os auxílios são eventuais, condicionados a regras e não integram os salários, não sendo utilizados recursos do Tesouro estadual para esse fim”, diz a corte.

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Tentativa de apressar delação da Odebrecht incomoda governo

Aliados de Temer acreditam que Cármen Lúcia, presidente do STF, busca proeminência nacional

Colegas da presidente do STF apostam que ela irá homologar delação que cita políticos até terça-feira (31)

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

A expectativa de que a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, homologue até terça-feira (31) a delação premiada dos 77 executivos da Odebrecht sem antes designar um novo relator para o caso incomoda integrantes do governo Michel Temer (PMDB).

Aliados do presidente enxergam na pressa da ministra mais um sintoma de que ela busca proeminência para se firmar como líder nacional.

A leitura de integrantes do governo é que a presidente do STF acabará dando ares ainda maiores de excepcionalidade ao episódio caso chame de fato para si a responsabilidade da homologação, última etapa para que o acordo seja validado juridicamente.

A delação da Odebrecht é apontada como a mais importante da Lava Jato. Foram mencionados até agora nas negociações nomes do governo Temer, incluindo o próprio presidente, os ex-presidentes

Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin, além de parlamentares. Todos negam irregularidades.

Carmén Lúcia passou o sábado (28) em seu gabinete em Brasília estudando o material da delação. Não se sabe se ela vai tirar o sigilo das delações caso homologue os acordos.

Teori, morto em um acidente aéreo no dia 19, era o relator da Lava Jato no STF. A expectativa era que ele homologasse a delação em fevereiro.

Um novo relator para o caso deve ser escolhido por sorteio. Na quarta, o STF, que está em recesso, volta aos trabalhos.

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ex-diretor de estatal relata propina a ministro do TCU

Na negociação para fechar sua delação premiada,
Renato Duque disse que Augusto Nardes recebeu R\$ 1 mi

**Essa é a terceira vez que
Duque tenta firmar um
acordo de delação;
penas de ex-diretor já
somam 51 anos**

LETÍCIA CASADO
BELA MEGALE
DE BRASÍLIA

O ex-diretor da Petrobras Renato Duque, preso em Curitiba, disse na negociação de sua delação premiada na Lava Jato que Augusto Nardes, ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), recebeu R\$ 1 milhão entre 2011 e 2012 para não criar empecilhos em procedimentos contratuais de uma plataforma.

Em anexo que integra a proposta de acordo, Duque relata, segundo a **Folha** apurou com pessoas ligadas à investigação, que se reuniu com Nardes em um jantar na casa do ministro para acertar o pagamento. No encontro, chegaram ao montante de R\$ 1 milhão, que corresponderia a um percentual do contrato.

Os valores, segundo o ex-diretor da Petrobras, foram repassados por Pedro Barusco, na época gerente de Serviços da estatal e braço direito de Duque.

O dinheiro teria sido direcionado a uma pessoa ligada a Nardes responsável por repassar a ele o valor, segundo o ex-dirigente da Petrobras.

Essa não é a primeira vez que o ministro do TCU é alvo de uma delação premiada.

Como a **Folha** revelou em março de 2016, o ex-deputado Pedro Corrêa relatou que, entre 2003 e 2005, quando Nardes era deputado pelo PP, ele estava entre os nomes que recebiam propina da Petrobras.

Em 2005, quando Nardes foi nomeado para o TCU, foi destruído um recibo que comprovava o pagamento da propina para não “prejudicar sua nomeação”, segundo Corrêa.

Esta é pelo menos a terceira vez que Duque tenta fazer um acordo de delação.

Desde o ano passado, as negociações passaram a ser conduzidas por Figueiredo Basto, Adriano Bretas e Tracy Reinaldet, que juntos são os advogados que mais fecharam delações na Lava Jato, cerca de 20.

As negociações avançaram até a assinatura do termo de confidencialidade, mas o acordo parou na proposta de pena de cinco anos de prisão.

Com novas delações como a da Odebrecht, integrantes da força-tarefa ouvidos pela **Folha** afirmam que o interesse em eventual negociação com Duque se perdeu mais uma vez. Os motivos são diversos, como informações insuficientes ou impossíveis de serem comprovadas.

Condenado em três ações, as penas de Duque já somam 51 anos.

DO OUTRO LADO <

**'Deve ser
vingança', diz
Augusto Nardes**

Procurado pela reportagem, o ministro do TCU Augusto Nardes afirmou que as informações da negociação do ex-diretor da Petrobras Renato Duque não procedem.

“Nunca recebi o Duque em minha casa”, disse ele sobre suposto encontro com o executivo para tratar de pagamento ilícito.

“O condenei [Duque] em processos do TCU. Deve ser vingança”, disse o ministro à **Folha**.

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ex-mulher de Cabral diz que recebia mesada

Teor de depoimento
foi revelado por TV

A ex-mulher de Sérgio Cabral, Susana Neves, disse em depoimento à Polícia Federal que recebia mesada de cerca de R\$ 20 mil de Carlos Bezerra, apontado como operador do suposto esquema de corrupção liderado pelo ex-governador do Rio. A informação foi divulgada pela GloboNews.

Neves foi levada a prestar depoimento no dia em que a Polícia Federal deflagrou a Operação Eficiência, que investiga suposto esquema de pagamento de propinas a Cabral no exterior. A operação é um desdobramento da Lava Jato, assim como a Calicute, que resultou na prisão do político em novembro passado.

Neves, mãe de dois filhos do ex-governador, já havia sido citada como uma das pessoas que supostamente teria recebido propina do esquema.

De acordo com a GloboNews, ela disse em depoimento que recebia de R\$ 15 a R\$ 20 mil mensais a título de pensão do ex-marido. As remessas eram feitas em dinheiro em espécie, entregues pessoalmente por Carlos Bezerra.

No dia em que foi levada a depor, o advogado que representa Neves negou que ela participasse do esquema.

30 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Vaga no Supremo

Se, conforme afirma o artigo ("Cotados para STF têm perfil pró-mercado", "Poder", 29/1), os prováveis candidatos à vaga aberta com a morte de Teori costumam "ter decisões que beneficiam instituições financeiras", não seria muito conveniente tê-los ocupando um cargo na mais alta corte deste país. Tudo o que não precisamos é de mais benefícios às instituições financeiras. Parece a história do Titanic, o navio afunda, mas a banda continua a tocar esquizofrenicamente como se nada estivesse ocorrendo. Menos Estado para quem? Os outros, né?

ROSÂNGELA BARBOSA GOMES (Salvador, BA)

Aviso de Teori

Acusar o piloto morto é muito conveniente, pois ele não pode se defender ("Piloto de Teori pode ter adotado prática informal de pouso", "Poder", 29/1). A hipótese de atentado não pode ser descartada, pois matar o Teori Zavascki era a única alternativa para os poderosos que saqueiam esse país há décadas. O atentado poderia ser feito por dispositivos acionados por celular, que provocam pequenas explosões em locais críticos do avião, no momento da aproximação para aterrisar. Há 20 anos, um chefe terrorista foi morto dessa forma quando falava ao celular.

TIAGO LOPES (Rio de Janeiro, RJ)

MÔNICA BERGAMO

O SUCESSO

A Lava Jato entrou na rota turística do Brasil. Uma agência do Paraná está vendendo pacotes "privativos" para que as pessoas conheçam os locais onde se desenrolam as investigações, em Curitiba.

MICKEY MORO

Num roteiro que dura cinco horas, turistas são levados à Procuradoria-Geral da República e depois aos locais onde ele, Sergio Moro, passa horas de seu dia: a Universidade Federal do Paraná, "onde leciona", e a sede da Justiça Federal. Visitam também a Polícia Federal e até o Complexo Médico-Penal, "onde os investigados ficam presos".

MICKEY MORO 2

O tour, da Special Paraná, custa R\$ 375 em "três vezes sem juros". Não estão incluídas "comidas nem bebidas".

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Cotados para STF

têm perfil pró-mercado

Gandra Filho reitera defesa da reforma trabalhista; egresso da iniciativa privada, Noronha atacou Lula e Dilma

Decisões de Gallotti no STJ são consideradas favoráveis ao sistema financeiro; Salomão seria opção 'técnica'

THAIS BILENKY
JOSÉ MARQUES
DE SÃO PAULO

Nomes cotados até agora pelo presidente Michel Temer (PMDB) para assumir a vaga de Teori Zavascki no STF (Supremo Tribunal Federal) têm posições convergentes com as do governo e pró-mercado.

Considerado um dos favoritos, o ministro Ives Gandra Filho, presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), é um articulador da reforma trabalhista que a gestão peemedebista tenta viabilizar.

O assunto é recorrente nos discursos de Gandra Filho, que compareceu a audiências no Congresso em 2016 para defender a tese de que a flexibilização da CLT ajudaria o país a sair da crise.

Já o ministro João Otávio Noronha, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), atacou em diferentes ocasiões os governos petistas de Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva e chegou a sugerir a renúncia da presidente durante o impeachment.

Ele é egresso da iniciativa privada: foi diretor jurídico do Branco do Brasil e membro do conselho de administração de diversas empresas. Desde que Temer assumiu, Noronha defendeu a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária.

O ministro e a colega de STJ Isabel Gallotti, também cotada para o STF, são descritos no meio jurídico como juízes amigáveis ao mercado, cujas decisões costumam beneficiar instituições financeiras.

No tribunal, Gallotti já relatou decisões em favor de fundos de previdência privada e se posicionou contra o aumento do repasse de benefícios a pessoas que entraram com ações contra entidades.

Temer, segundo aliados, procura chegar a um nome que não melindre o meio jurídico nem desperte desconfiças em relação ao avanço da Lava Jato — seu nome foi citado em delação da Odebrecht.

Ao mesmo tempo, o Planalto depende de boa interlocução com o STF, já que temas sensíveis para o governo estão ou podem entrar na pauta do tribunal.

Nesse sentido, o nome do ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, ganhou força por ser um magistrado de carreira e considerado técnico.

Para Ivar Hartmann, pesquisador na Fundação Getúlio Vargas, “no contexto atual de reformas, Salomão tem atuação diferente da média”.

“Em uma decisão que envolve bancos, por exemplo, muitos juízes dão ganho de causa para o consumidor, achando que estão fazendo justiça. Salomão pensa no impacto que isso vai representar para todos os clientes.”

Pessoas próximas ao ministro relatam sua tendência em defender a execução de pena de prisão após condenação em segunda instância.

Esse entendimento, dado pelo STF, é objeto de pressão de políticos envolvidos na Operação Lava Jato. Salomão, porém, costuma reiterar a necessidade de se estudar caso a caso — mesma posição externada por Noronha.

PRÓS E CONTRAS

O nome de Gallotti, filha e neta de ex-ministros do STF, encontra ponderações de ordem política. O seu marido, que é ministro no TCU (Tribunal de Contas da União), teria atuado em favor de promoções para a mulher.

Apesar de posições ultraconservadoras em questões de comportamento, a indicação de Gandra Filho contemplaria anseios do setor empresarial e industrial.

O presidente do TST considera “muito positivas” mudanças na lei trabalhista propostas pelo governo Temer, prega a prevalência do acordado sobre o legislado e crítica a “tutela” do poder público sobre o cidadão.

Além de ter dito que as reformas da Previdência e trabalhista de Temer “têm que ser agora”, Noronha apontou melhoras na economia após a saída de Dilma do governo.

O ministro atacou Lula no tribunal. Quando o ex-presidente disse, em telefonema grampeado pela Polícia Federal, que o STJ estava “acovardado”, Noronha reagiu à possibilidade de nomeação do ex-presidente como ministro da Casa Civil de Dilma.

CONTINUA

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Disse que não estava acordado, porque não recebia “doação de empreiteira” nem “se alinhava a ditaduras da América do Sul”. E que lutava “para que o rico, criminoso não se torne ministro desta República”.

Procurados, Salomão, Noronha e Gandra Filho não quiseram responder questionamentos da reportagem. Gallotti não havia se posicionado até a conclusão da edição.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Há pressões e pressões

Debate sobre perfil do futuro ministro do STF é saudável, desde que não envolva acordos espúrios com vistas a travar a Operação Lava Jato

A controvérsia que se estabelece em torno da escolha de um nome para integrar a mais alta corte judicial de um país constitui evidência de vitalidade democrática. Somente ditaduras podem se dar ao luxo de indicar magistrados sem enfrentar oposição aberta de segmentos expressivos da sociedade.

Nada mais normal, assim, que parcelas da opinião pública queiram influenciar o responsável pela nomeação — o presidente da República, no Brasil —, tentando convencê-lo a optar por alguém com estas ou aquelas características.

É igualmente natural que o presidente prefira pessoas com as quais tenha alguma identificação ideológica — fenômeno que também se verifica nos EUA, por exemplo.

O princípio da alternância de poder, somado à tendência de revezamento no Executivo entre grupos políticos distintos, em tese assegura que o órgão máximo do Judiciário abrigue uma saudável pluralidade de pontos de vista.

Dito isso, seria inaceitável que um ministro fosse alçado ao Supremo Tribunal Federal com a missão de travar o avanço da Lava Jato. Esse risco, no entanto, existe.

Durante um jantar na terça-feira (24) na residência do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente Michel Temer (PMDB) reuniu-se com a cúpula de seu partido e ouviu um recado claro.

Ele deveria suportar a pressão da opinião pública pela indicação de um nome técnico para o STF e escolher alguém afeito aos meandros do sistema político. Como se sabe, diversos peemedebistas, inclusive o próprio Temer, já foram implicados por delatores da Lava Jato.

Enquanto uns se movimentam com intenções inconfessáveis, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, procura uma solução republicana para o problema da substituição de Teori Zavascki, morto num desastre aéreo no dia 19.

De acordo com o regimento do Supremo, o sucessor de Teori — a ser nomeado por Temer — cuidará das ações que lhe cabiam, Lava Jato entre elas. O mesmo regimento, contudo, faculta outros caminhos, como a redistribuição por sorteio entre os demais ministros da corte.

Havendo muito em jogo, a presidente do STF acerta ao consultar seus colegas antes de chegar a um veredito. O acordo interno é necessário para evitar a cizânia dentro de uma corte já marcada pela lalomania de alguns de seus membros.

Cármen Lúcia também acertará se, atendendo a pedido feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, homologar a delação premiada de 77 ex-executivos da Odebrecht ainda no recesso do Judiciário, que termina na terça (31).

Trata-se de um procedimento formal simples, apenas para dizer se as colaborações ocorreram nos termos da lei. Não há motivo para retardar essa etapa, que o próprio ministro Teori Zavascki pretendia vencer no início de fevereiro. Somente os escudeiros de Michel Temer têm interesse no atraso.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Homologação sai até terça, apostam ministros do STF

Cármén Lúcia passou parte do sábado em seu gabinete em Brasília estudando o material de delação da Odebrecht

Supremo encerrou na sexta (27) fase em que delatores confirmaram seus depoimentos ao Ministério Público

LEANDRO COLON
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) apostam que a presidente Carmén Lúcia vai homologar até terça-feira (31) o acordo de delação premiada da Odebrecht.

Ao mesmo tempo, ainda há dúvidas sobre a escolha do novo relator da Lava Jato — se o sorteio será feito somente entre os integrantes da 2ª Turma ou entre todos os ministros do tribunal.

Carmén Lúcia decidiu acelerar a análise do acordo de delação da Odebrecht neste fim de semana para tentar selar a homologação antes do fim do recesso na terça.

Ela passou o sábado (28) em seu gabinete em Brasília estudando o material. O gesto de homologação é necessário para que seja validado juridicamente o acordo de colaboração de 77 ex-executivos da empreiteira, considerado o mais importante da Lava Jato.

O Supremo encerrou na sexta (27) a fase de depoimento dos delatores, etapa em que confirmaram que entregaram informações ao Ministério Público Federal por livre e espontânea vontade.

As oitivas foram realizadas durante a semana após Carmén Lúcia autorizá-las. As entrevistas haviam sido suspensas logo depois da morte do ministro Teori Zavascki, no dia 19 em um acidente de avião em Paraty (RJ).

Teori era o relator da Lava Jato no STF. A expectativa era que ele homologasse a delação em fevereiro.

Em conversas com ministros da corte, a presidente do Supremo indicou que pretende homologar as delações. Nenhum deles, segundo a **Folha** apurou, se colocou de maneira taxativa contrário à medida. Todos os gestos feitos pela presidente até agora apontam para esse caminho, nas palavras de quem falou com ela nos últimos dias.

Ministros avaliam que Carmén Lúcia tem respaldo regimental sobretudo depois do pedido de urgência feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em relação ao caso.

A solicitação de Janot abriu espaço para que a decisão seja tomada pela presidente do STF como plantonista no recesso do Judiciário. O procurador, aliás, já conta com a homologação imediata.

O recesso termina na terça. Por isso, se Carmén Lúcia tem a intenção de validar os acordos da empreiteira, terá de fazê-lo até este dia. Caso contrário, caberá ao novo relator da Lava Jato tomar a decisão.

Teori era membro da 2ª Turma do tribunal. Portanto, a tendência inicial era que o novo relator fosse escolhido entre seus integrantes.

Há, porém, uma corrente dentro do Supremo a favor de um sorteio entre todos os nove ministros, excluindo, neste caso, apenas a presidente Carmén Lúcia.

A saída deve ser discutida na quarta (1º), quando os ministros se encontram para uma sessão solene de homenagem ao colega que morreu no dia 19.

A delação premiada da Odebrecht é apontada como a mais importante da Lava Jato.

Foram mencionados até agora nas negociações nomes do governo de Michel Temer, incluindo o próprio presidente, os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin, além de parlamentares. Todos negam irregularidades.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Piloto de Teori pode ter adotado prática informal

Procedimento não homologado é usado em dias de mau tempo na região

Relatos dão conta de que o avião que levava ministro do STF estava em posição ainda mais baixa do que a usual

DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

O voo que levava o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki pode ter seguido um procedimento não homologado pelas autoridades para pousar em Paraty (RJ) antes de sua queda, no último dia 19.

Esse procedimento informal é uma forma de pousar na cidade em dias de mau tempo, de acordo com pilotos ouvidos pela **Folha**.

O uso desse procedimento é uma das questões que estão sendo investigadas pelas autoridades aeronáuticas.

Segundo Carlos Camacho, piloto aposentado e analista de acidentes aeronáuticos, as indicações até agora são de que a manobra que teria sido feita com o avião, descrita por testemunhas do acidente, condiz com o que está previsto nesse procedimento.

“Se o piloto tivesse vindo direto para sua aproximação e pousado, poderia pensar melhor. Mas quando fez uma primeira aproximação e a perdeu, ele estava se enquadrando no procedimento Mandrake”, afirmou.

Os pilotos que voam em Paraty usam essa carta de aproximação para pousar no aeroporto quando as condições de visibilidade não permitiriam o pouso apenas por visual. O papel tem orientações para pouso “por instrumento” e de como fazer o procedimento em caso de “aproximação perdida” (arremetida).

Paraty não opera com qualquer tipo de instrumento, o que faz com que os pousos só possam ser realizados quando o piloto pode ver o aeroporto a cinco quilômetros de distância e 1,5 mil pés (cerca de 450 metros) de altitude. Quando as condições não são essas, os pilotos devem ir para outra pista.

Havia chuva e nebulosidade no momento do acidente, mas não está confirmado se o aeroporto tinha condições de pouso. As autoridades apuram ainda qual teria sido o procedimento do piloto.

Na carta “Mandrake”, os pilotos são orientados a fazer arremetida em 600 pés de altitude (menos de 200 metros) e a cerca de três quilômetros de distância da pista.

Segundo Camacho, as testemunhas apontam que a aeronave estaria em posição ainda mais baixa que a recomendada pelo documento não homologado. Essa também é a informação que circula entre pilotos da região.

De acordo o técnico, outro

problema é a ausência de copiloto, o que, naquelas condições, não era recomendável.

“Com chuva intensa sobre o mar, existe uma condição de espelhamento que confunde o piloto. Com atenção voltada para as partes internas do avião e procurando enxergar a pista, o piloto pode ter descuidado da altitude e quando viu estava entrando na água”, disse o técnico, lembrando que o copiloto auxiliaria nesse ponto.

Relatos de pilotos que voam na região mostram que procedimentos fora das normas são comuns, também por pressão dos donos de aviões.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Sonho de uma noite de verão

29 JAN 2017

BRASÍLIA - O objetivo era impressionar. Em pleno verão carioca, o empresário Eike Batista vestiu um blazer e duas camisas, uma preta e outra rosa-shocking. O empresário desafiou o calor e o bom gosto para exibir sua nova aquisição: o iate Pink Fleet, comprado por R\$ 35 milhões.

A festa flutuante levou políticos, famosos e subcelebridades até a Marina da Glória. O anfitrião fretou um jato para trazer os convidados VIP de São Paulo. Todos estavam ansiosos para desfilar na embarcação luxuosa, de quatro andares e 300 pés.

"Tudo era mega, a começar pelas garrafas de espumante rosé de um litro e meio, o dobro do normal", contaria o jornal "O Globo". A coluna "Gente Boa" escalou o elenco da noite: a socialite Narcisa Tamborindeguy, a cantora Elba Ramalho, o cartola Carlos Nuzman, os apresentadores Amaury Jr. e Luciano Huck.

O governador Sérgio Cabral e o futuro prefeito Eduardo Paes lideravam o bloco das autoridades. "Olha, a H. Stern está presente. Que maravilha!", deslumbrava-se Cabral. Era dezembro de 2007, e seu gosto por joias ainda não se tornara conhecido fora do circuito Leblon-Mangaratiba.

O clima era de bajulação geral. "Ele tem o dom de subverter a ordem de tudo", dizia Huck sobre Eike. "Há 20 anos não temos um governador que nos dá tanto orgulho", prosseguia Eike sobre Cabral. Eufórico, o empresário foi até a proa e se deixou fotografar de braços abertos, como Leonardo DiCaprio em "Titanic".

Na **Folha**, a coluna Mônica Bergamo registrou uma conversa ao pé do ouvido sobre o porto do Açu. "Precisamos falar sobre uma desapropriação", disse o magnata. "Claro, está resolvido! Vai ser o meu trabalho de casa", respondeu o governador.

Estava tudo ali. Segundo a PF, o terreno seria negociado em troca de propina. Quando o sonho acabou, o Pink Fleet foi esquecido e vendido como sucata. Eike e Cabral devem se reencontrar em Bangu, a 44 quilômetros da Marina e da brisa refrescante da baía de Guanabara.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

A prepotência de Eike servia à corrupção

Em junho de 2011; o empresário Eike Batista admitiu que emprestara o seu jatinho Legacy ao governador Sérgio Cabral para que ele chegasse a um resort da Bahia para a festa de aniversário do seu amigo Fernando Cavendish, dono da empreiteira Delta. Interpelado sobre a eventual impropriedade do mimo, Eike vestiu o manto de homem mais rico do Brasil, oitavo do mundo, e respondeu:

“Tive satisfação em ter colocado meu avião à disposição do governador Sérgio Cabral, que vem realizando seu trabalho com grande competência e determinação. Sou livre para selecionar minhas amizades, contribuir para campanhas políticas, trazer a Olimpíada para o Rio (...) e auxiliar a realização de diversos projetos sociais e culturais do Estado”.

Batista exercitava a superioridade dos poderosos. Ele sabia a natu-

Bilionários mentem com a imponência dos senadores romanos e a inteligência das baratas tontas

reza de suas relações com o governador e tinha certeza de que esse segredo jamais seria rompido. Entre 2009 e 2011 o casal Cabral voara 13 vezes nas asas de Eike, mas isso era apenas um aperitivo. Ele deslizará US\$ 16,5 milhões para os bolsos de Cabral, sempre “com grande competência e determinação”.

A sabedoria convencional leva as pessoas a acreditar que empresários muito ricos são também muito inteligentes. Os casos de Eike e de Marcelo Odebrecht mostram que às vezes a prepotência lhes embaça o raciocínio. Eike não precisava ter assumido um tom principesco ao tratar do empréstimo do avião. Da

mesma forma, em 2014, ao ser incriminado na Lava Jato, Odebrecht deu uma lição de moral à imprensa: “A euforia de se publicar notícias de impacto em período eleitoral extrapolou o razoável. (...) Neste cenário nada democrático, fala-se o que se quer, sem as devidas comprovações, e alguns veículos da mídia acabam por apoiar o vazamento de informação protegida por lei, tratando como verdadeira a eventual denúncia vazia de um criminoso confesso e que é ‘premiado’ por denunciar a maior quantidade possível de empresas e pessoas”.

Tanto no caso de Eike como no de Odebrecht, as suspeitas de 2011 e 2014 revelaram-se conversas de freiras. A verdade ia muito além. Para glória da Viúva, Marcelo Odebrecht e seus 77 executivos tornaram-se “criminosos confessos”. Eike irá pelo mesmo caminho.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

MARCOS LISBOA

Se o Judiciário faz gestão, por que temos as eleições?

Em decisão de prefeito e governador, SP reajustou as tarifas de integração entre ônibus, metrô e trem. Uma liminar cancelou o ato. Se o Judiciário delibera sobre a gestão pública, para que mesmo servem as eleições?

Decisões infelizes

Difícil imaginar uma sequência mais infeliz de decisões que a sobre tarifa de ônibus em São Paulo no último mês. A tarifa atual é menor do que o custo do transporte graças ao subsídio dado pela prefeitura: R\$ 2,6 bilhões em 2016.

O subsídio da tarifa beneficia todos os passageiros, não apenas os mais pobres, e reduz os recursos disponíveis para as demais políticas públicas.

Famílias de baixa renda não têm, necessariamente, as mesmas carências. Algumas moram longe do trabalho e se beneficiam da menor tarifa; outras, porém, precisam de alimentação ou cuidados especiais. Uma opção seria extinguir o subsídio e igualar a tarifa ao custo do transporte. Os recursos públicos poupados poderiam ser utilizados em políticas exclusivamente destinadas às famílias de menor renda.

Pode-se, por exemplo, adotar um programa de renda mínima. As famílias carentes que utilizam transporte público seriam compensadas pelo fim do subsídio. As que não utilizam teriam renda adicional para comprar os bens e serviços que julguem mais necessários.

Essa foi a motivação do Bolsa Família. Na época, havia diversos programas que subsidiavam o consumo de bens específicos, como Vale-Gás, Vale-Alimentação e Bolsa Escola. Os programas foram unificados e os recursos, transferidos diretamente às famílias mais pobres, que passaram a escolher como gastar essa renda adicional em função das suas necessidades específicas.

Nos países de renda média com significativa desigualdade, as políticas que focalizam as famílias mais pobres são, em muitos casos, socialmente mais justas do que subsídios universais.

Na campanha, o novo prefeito de São Paulo prometeu não reajustar as tarifas. Como os custos de transporte subiram, manter as tarifas implica aumentar o subsídio em tempos de crise fiscal.

Depois da eleição, não foi bem assim. Foi mantida a tarifa para quem apenas utiliza ônibus. Em decisão conjunta do prefeito e do governador do Estado, foram reajustadas as tarifas de integração entre ônibus, metrô e trem.

A emenda foi pior do que o soneto. O bilhete integrado é utilizado pelos passageiros que têm que percorrer longas distâncias, muitas vezes moradores de menor renda da periferia. A decisão agrava a iniquidade social do subsídio.

Por mais criticável que seja, porém, trata-se de uma decisão da alçada do Poder Executivo.

A essa decisão infeliz seguiu-se uma terceira, desta vez do Judiciário. Uma liminar cancelou o ato do Executivo, questionando o mérito da decisão, não a sua legalidade.

Mas se o Judiciário passa a deliberar sobre a gestão pública, para que mesmo servem as eleições?

MARCOS LISBOA escreve aos domingos nesta coluna.

29 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Siga o mestre Nos “Diários da Presidência” de FHC, Nelson Jobim dá uma aula aos que hoje tentam a vaga no STF. Em janeiro de 1997, o então ministro da Justiça foi chamado para um jantar com o tucano, que, na ocasião, confessou à ideia de indicar Celso Lafer para o tribunal.

É assim que se faz “Ele achou a ideia excelente”, acreditou Fernando Henrique. “Eu digo: ‘Então cala a boca, porque nem o Celso sabe nem ninguém’.” Poucos meses depois, Jobim era nomeado para o Supremo. Lafer nunca passou perto da corte.

Do peito Amigo de Michel Temer há décadas e fora do governo desde dezembro, José Yunes diz que a indicação para o Supremo é uma “bala de prata”. “Agora que o governo está tomando ritmo, ele não pode errar”, sustenta.

Prioridade Para Yunes, o presidente da República não deve fazer sua escolha para o STF com base apenas na Lava Jato. “A operação não tem que pautar a política nacional. Há outros processos importantes no tribunal”, diz.

O QUE ELES DISSERAM

SERGIO MORO

Nem tudo está perdido

Sobre a Operação Lava Jato, durante o velório do ministro do STF Teori Zavascki

FRANCISCO ZAVASCKI

Não estou dizendo que o que aconteceu foi sabotagem. [Mas] é fundamental que a polícia investigue, o Ministério Público, a OAB, e que especialmente a imprensa livre do país não deixe nenhuma dúvida sobre os fatos

Filho de Teori, sobre o acidente que o matou

GILMAR MENDES

[Eu agiria com a] mesma naturalidade com que eu decido todos os processos

Sobre a possibilidade de relatar a Lava Jato

FOLHA DE S. PAULO

PEDRO ABRAMOVAY
OSCAR VILHENA

29 JAN 2017

PEC do teto para o sistema prisional

Para reduzir tentação de continuar armazenando presos em sistema lotado, Brasil deveria estabelecer teto máximo de presos

O Brasil não tem condições materiais de lidar com uma população carcerária de mais de 600 mil pessoas que não dá sinais de parar de crescer. Temos hoje deficit de mais de 250 mil vagas. Despesas de construção por vagas variam, mas o custo médio de vaga fica em torno de R\$ 50 mil, ou seja, o Brasil precisaria de R\$ 12,5 bilhões para zerar o deficit. Além disso, o custo mensal da manutenção de um preso, segundo o Ministério da Justiça, é de R\$ 2.400. Ou seja, necessitamos de mais de R\$ 17 bilhões para manter esses presos.

Não há gestão penitenciária possível. E o custo para a sociedade é brutal, não só financeiro. O crescimento exponencial dessa população carcerária fez com que o Estado terceirizasse o controle dos presídios para organizações criminosas, transformando esses espaços em verdadeiros barris de pólvora.

Os presídios não regeneram os presos, não oferecem à maioria deles oportunidade de trabalhar, não envolvem famílias e comunidades no processo (nos poucos casos onde isso acontece, os resultados positivos são impressionantes).

Os presídios servem, sobretudo, para arrematar criminosos e transformar pessoas que nunca cometeram crime violento em massa de manobra para organizações criminosas altamente violentas.

Diversas pesquisas apontam que dois terços dos presos por tráfico de drogas são réus primários (portanto, nunca praticaram crime violento), estavam desarmados e não têm vínculos com facções criminosas.

Essas pessoas são, muitas vezes, usuários de drogas, afetados por uma lei que não consegue diferenciar consumidores de traficantes. Manter essas pessoas presas é alimentar a cadeia produtiva do crime.

O Brasil precisa, com urgência, aprender a discriminar quem de fato precisa ser preso, pois coloca em risco a sociedade, daqueles que podem ser punidos fora da prisão.

Estudos internacionais comprovam que penas alternativas são muito mais eficientes para determinado tipo de criminoso. São mais baratas e, sobretudo, geram muito menos reincidência do que a prisão.

Ou seja, insistir na política de encarceramento indiscriminado, como fazemos hoje, é investir no crescimento da criminalidade.

Para reduzir a tentação de continuar armazenando presos em um sistema superlotado, o Brasil deveria estabelecer um teto máximo de presos. Este teto deveria ser compatível com o número de vagas.

Temos atualmente 372 mil vagas no sistema carcerário. Mesmo considerando algum investimento para aumentar o número de vagas, poderíamos criar um grande pacto nacional para diminuir o número de presos de mais de 622,2 mil para não mais de 400 mil.

A lógica não seria muito distinta da PEC do teto aprovada recentemente pelo Congresso. Ao se estabelecer um teto para o número máximo de presos, o sistema de justiça criminal teria que selecionar melhor quem prender, se aqueles que cometeram crimes violentos ou aqueles que poderiam fazer jus a penas alternativas.

A medida não seria completamente inovadora no plano internacional. Nos EUA, país líder absoluto em número de presos, mesmo com orçamento público muito maior do que o brasileiro, republicanos e democratas se deram conta de que o encarceramento em massa é pouco produtivo para combater o crime e pode ser um desastre financeiro.

A Suprema Corte americana decidiu o caso *Brown vs. Plata* estabelecendo um teto máximo de presos para o sistema penitenciário da Califórnia, determinando a soltura de presos que excedessem este limite.

O estabelecimento de um teto máximo para o sistema penitenciário é uma medida ousada. Como foi ousado o teto de gastos públicos.

A diferença é que o teto de gastos públicos implicará na dura decisão de cortar direitos de pessoas menos favorecidas. Um teto para o sistema penitenciário pode obrigar nosso sistema de justiça criminal a focar seus esforços em diminuir a violência no Brasil em vez de contribuir para sua perpetuação.

PEDRO ABRAMOVAY, diretor da Open Society Foundations para a América Latina, foi secretário nacional de Justiça em 2010 (governo Lula)

OSCAR VILHENA, professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, é colunista da *Folha* e presidente do conselho da Conectas Direitos Humanos

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Auxiliar de Teori

ouve Odebrecht

para fechar delação

Juiz conduziu audiência em Curitiba, última exigência formal do processo antes da homologação do acordo

Cármen Lúcia ainda não esclareceu se vai validar a delação no recesso ou se deixará para novo relator

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

O executivo Marcelo Odebrecht foi ouvido na manhã desta sexta-feira (27) em Curitiba em uma audiência sigilosa, como parte do processo de homologação do seu acordo de delação premiada.

O herdeiro do grupo Odebrecht foi o último dos 77 executivos e ex-funcionários que negociam delação a ser ouvido pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Com isso, está aberto o caminho para a homologação do acordo.

A decisão caberá à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, que pode homologá-lo ainda durante o recesso, até o dia 31 de janeiro, ou deixar a tarefa para o próximo relator da Operação Lava Jato —cujo nome ainda não foi definido.

Um juiz auxiliar do ministro Teori Zavascki, Márcio Schiefler Fontes, viajou até Curitiba para ouvir o executivo. A audiência começou por volta das 10h e durou cerca de duas horas.

Esse é um procedimento padrão na delação premiada: antes da homologação, a Justiça ouve o candidato a delator para saber se o acordo foi feito espontaneamente, se ele confirma os fatos narrados na delação e se o processo atendeu às regras da lei.

Fontes também ouviu um outro executivo da Odebrecht na mesma ocasião, Valter Luís Arruda Lana, diretor da empresa na região Sul. As audiências acontecem na Justiça Federal do Paraná.

A realização do encontro atende à ordem da ministra Cármen Lúcia de retomar as audiências de homologação do acordo, após a morte do ministro Teori em acidente aéreo no dia 19 de janeiro.

IMPASSE

Sem o relator da Lava Jato no Supremo, os trabalhos ficaram paralisados por alguns dias. Cármen Lúcia ainda não esclareceu como o processo será conduzido no tribunal: se ela própria fará a homologação, ainda no recesso, ou se deixará a incumbência para o próximo relator da Lava Jato, ainda a ser escolhido.

O presidente Michel Temer (PMDB) afirmou, uma semana atrás, que só escolheria o sucessor de Teori depois que o Supremo definisse quem será o relator da Lava Jato.

Com isso, ele evita críticas de que a sua escolha tenha objetivos pessoais —o presidente e aliados foram citados na delação da Odebrecht.

Mesmo assim, ainda pairam dúvidas sobre a relatoria da Lava Jato. O regimento do Supremo abre brechas para a presidente decidir se sorteará o próximo relator, o que poderia ser feito na segunda turma, à qual pertencia Teori, ou no plenário.

A segunda opção tem sido apontada como preferível, uma vez que ministros da segunda turma tiveram, nos bastidores, a imparcialidade questionada.

O próximo ministro do STF irá para a segunda turma, composta pelos ministros Gilmar Mendes, José Dias Toffoli, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

A megadelação é temida no meio político por sua extensão. A Lava Jato descobriu que a empreiteira tinha um setor voltado ao pagamento de propinas a quadros de vários partidos, chamado de Departamento de Operações Estruturadas. Os políticos eram identificados com apelidos.

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Rio pede ao Supremo para acelerar socorro financeiro

Ação no STF tenta obter liberação de créditos
antes do aval do Legislativo

'Notoriamente insolvente, o Estado não dispõe de recursos para nada', afirma a Procuradoria do Rio

CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

A Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) nesta sexta-feira (27) para acelerar a execução do pacote de socorro financeiro acertado com o governo federal nesta semana.

De acordo com o termo de compromisso assinado na quinta (26) pelo presidente Michel Temer e pelo governador Luiz Fernando Pezão, com validade de três anos, a liberação de recursos para o Rio só ocorrerá depois que um pacote de medidas for aprovado no Congresso e na Assembleia Legislativa do Rio.

Na ação movida no STF, a Procuradoria pede a concessão de uma liminar, uma decisão de caráter provisório, para antecipar a ajuda do governo federal, e assim "impedir o total e completo colapso que se avizinha", segundo palavras dos procuradores.

O relator sorteado para analisar a ação é o ministro Luiz Fux. No entanto, como o

Supremo está em recesso, a presidente do tribunal, Carmen Lúcia, poderá tomar uma decisão antes da volta dos colegas, na quarta (1º).

Como parte do pacote de socorro, o governo federal prometeu dar aval a um empréstimo de um consórcio de bancos liderado pelo Banco do Brasil para o Rio pagar salários atrasados. A medida é proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas uma liminar do STF poderia abrir uma exceção para o Estado.

Junto com o pacote de socorro ao Rio, o governo se comprometeu a enviar ao Congresso um projeto de lei para criar um programa de recuperação para Estados à beira da falência como o Rio, que poderão receber ajuda se tomarem medidas para cortar despesas e equilibrar as contas.

O acordo também prevê a suspensão por três anos do pagamento da dívida do Rio com o governo federal. Se o STF aceitar o pedido apresentado nesta sexta, o alívio será imediato. Se o Rio não conseguir a liminar, terá que esperar o Congresso aprovar o projeto enviado por Temer.

INSOLVENTE

Para tentar convencer o Supremo a conceder a liminar, a Procuradoria do Rio descreve a situação do Estado com

tintas dramáticas. "Notoriamente insolvente, o Estado não dispõe de recursos para tudo. Na verdade, não dispõe de recursos para nada", afirma o órgão na sua petição.

"O quadro é, portanto, de crescente desarticulação de recursos humanos e materiais, degradando os serviços públicos do Estado ao ponto da inoperância", acrescenta.

O acordo prevê medidas de R\$ 62,4 bilhões para cobrir o rombo de R\$ 26 bilhões previsto para este ano, R\$ 18,7 bilhões no próximo ano e mais R\$ 17,7 bilhões em 2019.

Ao fechar o acordo com o Rio, o governo federal havia afirmado que caberia ao Estado procurar o STF para tentar antecipar a entrada em vigor de algumas medidas. O Ministério da Fazenda não se opõe a essa antecipação.

Para este ano, o pacote prevê um aumento de impostos de R\$ 1,2 bilhão, corte de despesas da ordem de R\$ 9 bilhões e ganhos de R\$ 3,2 bilhões com o aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, mais uma contribuição extra de 8% durante três anos.

O governo estadual também deixará de pagar à União R\$ 6,2 bilhões neste ano.

CONTINUA

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para cobrir o restante do deficit, o governo federal se comprometeu a dar aval a dois empréstimos, no total de R\$ 6,4 bilhões, que serão concedidos por bancos federais e privados. Do total, R\$ 3,4 bilhões seriam garantidos com a venda da Cedae, a companhia de saneamento do Rio.

Outros R\$ 3 bilhões seriam liberados com a garantia de receitas de royalties do petróleo que o Rio terá no futuro.

Mesmo com a liminar, funcionários envolvidos com as negociações reconhecem que os bancos só vão fazer o empréstimo se o governo do Rio conseguir aprovar, por exemplo, a privatização da Cedae.

O acordo é válido até 2019, podendo ser renovado, dependendo do crescimento econômico e da evolução das receitas tributárias do Estado e dos preços do petróleo.

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ilusões desfeitas

Mandado de prisão de Eike Batista simboliza o fim de um período de euforia e deslumbramento e indica nova etapa das investigações

Expedido pela Justiça Federal no Rio de Janeiro, o mandado de prisão do empresário Eike Batista constitui mais um sinal de que as iniciativas de combate à corrupção não se limitam à chamada República de Curitiba.

Ramificando-se a partir da Operação Lava Jato, as investigações incidiram sobre as atividades do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), preso desde novembro de 2016, e agora sobre Eike.

Diferentemente de outras figuras atingidas pela Lava Jato, não foi com uma empreiteira, mas com atividades na mineração, que o empresário se tornou conhecido.

O apogeu de sua carreira nos negócios coincidiu com o surto de otimismo que acompanhou o boom internacional das commodities e os anos de bonança vividos pelo governo Lula. Em 2012, o empresário era considerado a sétima pessoa mais rica do mundo.

Foi rápida a derrocada de seu império, cuja construção, como não é raro acontecer no Brasil, veio cercada de projeções imaginárias e comemorações prematuras. É como se, de tempos em tempos, fosse necessário atribuir a algum grande herói empresarial — e não à multiplicidade dos esforços de muitos empreendedores — o papel

de símbolo da passagem do país ao clube das potências mundiais.

É comum, e não só por aqui, que conglomerados econômicos visem a exercer influência sobre o Legislativo e os contratos estatais. O que se desvenda no Brasil, contudo, é o desequilíbrio entre a dimensão dos negócios privados e o estágio arcaico das instituições públicas.

As barras de ouro e as joias apreendidas pela polícia entre os bens clandestinos do ex-governador Sérgio Cabral, os quais totalizam R\$ 270 milhões, talvez exemplifiquem com clareza esse descompasso.

Contratos gigantescos, envolvendo empresas de porte mundial, passam pelo gargalo de políticos primitivos e paroquiais.

Favores concedidos a Cabral, como constantes viagens num jatinho, nutrem as suspeitas que agora pesam sobre Eike Batista. Falando ainda muito a investigar, e sem dúvida não pouco a esperar de uma eventual delação premiada, cabe lembrar a questão que prisões desse tipo suscitam.

Haveria de fato “periculosidade”, para usar o termo do mandado, nas ações atuais de um empresário já sem crédito e, ao que tudo indica, destituído da influência de que antes desfrutava? A prisão preventiva se dá num clima de euforia judicial que, talvez, repita a euforia empresarial de anos atrás.

Que as investigações prossigam, de modo a dirimir, quanto antes, as eventuais distorções que o momento atual, como no passado, pode impor aos olhos da sociedade.

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Prisões retomadas

Não se trata ainda de um desenlace para a crise deflagrada por facções criminosas nos presídios nacionais, mas houve um ao menos um passo em tal direção nesta sexta-feira (27): forças especiais da polícia e agentes penitenciários federais retomaram o domínio da penitenciária de Alcaçuz (RN).

Assim que entraram nos cinco pavilhões conflagrados, os agentes hastearam bandeiras do Brasil e do Estado onde antes figuravam símbolos dos grupos de facinoras. Foram duas semanas em que o estabelecimento escapou do controle estatal e permaneceu sob o governo —a anarquia— dos presos.

O saldo do período em que as forças da lei permaneceram impotentes diante da prisão potiguar tem algo de aterrador: pelo menos 26 detentos assassinados (alguns decapitados) em 14 de janeiro, 56 fugas, 200 transferidos para outros presídios superlotados. Pelo menos uma arma de fogo, vários celulares e 500 facas artesanais foram apreendidos na retomada.

A muito custo as autoridades constituídas começam a recompor sua jurisdição sobre os estabelecimentos penais. Na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, perto de Boa Vista (RR), foi necessário o concurso de homens do Exército para fazer uma varredura no local, onde outros 33 presos haviam sido

trucidados em 6 de janeiro.

A matança em Roraima foi a segunda na série tenebrosa inaugurada no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, quando 56 presidiários morreram no conflito entre facções —o maior massacre prisional desde que 111 presos foram mortos pela polícia no Carandiru, em São Paulo, em 1992.

Rebeliões podem ocorrer em qualquer prisão do mundo, ainda que sejam infrequentes onde as cadeias não se equiparam a masmoras superlotadas, como no Brasil.

Quando três episódios compõem uma sucessão tenebrosa como a de Manaus, Boa Vista e Natal, torna-se evidente que o Estado se acha vulnerável diante do crescimento das facções criminosas.

O poder público pode desviar os olhos, mas há muito tem conhecimento de que prisões inteiras são controladas pelos bandidos.

Basta mencionar que, em 2013, integrantes do Conselho Nacional de Justiça escalados para vistoriar o mesmo estabelecimento de Manaus onde houve o massacre foram guiados por dois detentos, não por administradores, e ficaram impedidos de visitar certas áreas do local, por medida de segurança.

As bandeiras fincadas no telhado de Alcaçuz não constituem um símbolo tão poderoso nesse quadro, mas representam um começo.

28 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Vaga no STF

Todas as pessoas de bem deste Brasil esperam que a ministra Cármen Lúcia não decepcione o país ao nomear um ministro para a relatoria da Lava Jato em substituição a Teori Zavascki. Políticos que fizeram o Brasil entrar na maior crise financeira da história deverão ser tratados sem piedade, sejam quem forem ("PMDB cobra Temer por perfil político no STF", "Poder", 27/1).

SYLVÉRIO DEL GROSSI (Fernandópolis, SP)

Pode-se falar mal do Lula e da Dilma, mas eles indicaram excelentes ministros para o Supremo Tribunal Federal. Que o presidente Michel Temer indique um ministro à altura de sua biografia.

NELI APARECIDA DE FARIA, advogada
(São Paulo, SP)

Quem é presidente do STF? Cármen Lúcia ou Gilmar Mendes? Há um protagonismo exacerbado de Mendes nos assuntos institucionais da corte. As relações impróprias do ministro com personagens citados em denúncias da Operação Lava Jato e sua militância política expõem de forma crua o grande risco que corre a investigação no Supremo.

JOSÉ TADEU GOBBI, publicitário (São Paulo, SP)

Nem sempre Reinaldo Azevedo é muito feliz em suas colunas. No entanto com "O vermelho e o negro" ("Poder", 27/1) ele se superou, mostrando com extrema lucidez a mentalidade bizarra e predominante entre a maioria dos atuais ministros do STF.

ABDIAS FERREIRA FILHO (São Paulo, SP)

Consta ser o STF uma instituição pública que, por razões mais do que óbvias, não possui um órgão de controle interno (corregedoria). Oficiosamente, porém, o ínclito colunista Reinaldo Azevedo, ungido por um poder unívoco, que não se sabe de onde veio, arvora-se em corregedor do Supremo. Ele conclui o seu texto com uma pérola que não deixa dúvidas quanto ao seu inconformismo com aquela casa de leis, ao exigir, peremptoriamente, que se restaure a "ordem no tribunal!".

VITTORIO ALESSANDRO E. PESCOSOLIDO,
advogado (Curitiba, PR)

Acesso à Justiça

O artigo "A ausência do Estado-defensor" ("Tendências/Debates", 25/1) insinua insuficiência de recursos para a Defensoria Pública atender melhor a população carcerária. Não é bem assim. Além de orçamento próprio, dispõe de expressivo valor do Fundo de Assistência Judiciária, usado em despesas como alugueis de carros e gratificações. A OAB-SP põe-se à disposição para ampliar o atual convênio tanto no atendimento do preso provisório quanto no acompanhamento de condenados e, assim, auxiliar a atenuar a crise penitenciária.

MARCOS DA COSTA, presidente da OAB-SP
(São Paulo, SP)

PAINEL

Registros Caso seja nomeado para o Supremo, Ives Gandra Filho não será o primeiro adepto da Opus Dei na corte. O ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin, tio do governador de SP, ocupou o posto de 3 de outubro de 1972 a 6 de novembro de 1978.

veja bem Interlocutores de Gandra Filho lembram que Rodrigues "não era alguém reacionário". Como corregedor-geral da Justiça de SP, apoiou o então procurador Hélio Bicudo na condenação de integrantes do Esquadrão da Morte, organização paramilitar dos anos 1970.

MÔNICA BERGAMO

BANHO DE LUA

A mulher de Sergio Cabral, Adriana Ancelmo, evita tomar banhos de sol na prisão por causa da animosidade de outras presas de Bangu.

NA TRILHA

Assim como o ex-governador do Rio, ela também pensa em fazer delação premiada. Advogados já estariam sendo consultados.

28 JAN 2017

GAZETA DO POVO

29 JAN 2017

Sob o olhar de Carmen Lúcia

A presidente do STF é hoje peça-chave dos principais acontecimentos nacionais e equilibra o jogo do poder em Brasília. A ordem no Planalto é clara: evitar atritos com ela.



28 JAN 2017

GAZETA DO POVO

● EQUILÍBRIO DE PODER

29 JAN 2017

Cármen Lúcia cresce no jogo político e vira principal fiscal do governo Temer

Considerada enigmática, presidente do STF tem potencial para causar grandes embaraços ao presidente Temer.

Protagonismo da presidente do STF pode ditar o ritmo da Lava Jato e influir na eleição para o comando da Câmara dos Deputados

Fernando Martins

● Com a oposição enfraquecida e isolada no Congresso, o presidente Michel Temer (PMDB) acabou por esbarrar em alguém que equilibrou o jogo do poder em outro endereço da Praça dos Três Poderes: o Supremo Tribunal Federal (STF). Mais especificamente na presidente da Corte, Cármen Lúcia.

Empossada no comando do STF em setembro, ela se tornou peça-chave dos principais acontecimentos do fim do ano passado e do início de 2017 com impactos no governo federal: a crise institucional entre Judiciário e Congresso, a renegociação das dívidas dos estados com a União, a crise carcerária e, agora, os rumos da Lava Jato. E pode vir a influenciar decisivamente na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados — marcada para quinta-feira (2).

A ordem no Planalto é evitar qualquer atrito com Cármen Lúcia — considerada por assessores como “enigmática” demais. Com a caneta para definir a pauta do Supremo e tomar medidas judiciais de caráter urgente, a presidente do STF tem potencial para causar grandes embaraços a Temer. Esse “risco” vai acompanhá-lo por quase todo seu mandato. Ela só deixa a presidência do Supremo em setembro de 2018, pouco antes do fim do mandato do peemedebista.

O receio mais imediato do Planalto é com relação à eleição para a presidência da Câmara. O governo apoia informalmente a reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ). Mas Cármen Lúcia pode barrar a candidatura dele.

Adversários do atual presidente da Casa ingressaram no Supremo com pedidos para impedir a candidatura dele, usando como argumento o artigo da Constituição que proíbe a reeleição de integrantes da mesa diretora numa mesma legislatura — Maia argumenta que essa regra não vale para o caso dele, que virou presidente da Câmara num mandato-tampão, após a cassação de Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O caso caiu nas mãos de Cármen Lúcia, pois o STF está em recesso até a próxima terça-feira (31); e todas as decisões urgentes, nesse período, são tomadas pela presidente. Na última quinta-feira (26) terminou o prazo de dez dias que a ministra concedeu para que Maia se pronunciasse sobre a ação que pede que ele não seja candidato.

Delações andando

Nos últimos dias, Cármen Lúcia também tomou para si a responsabilidade por outros assuntos delicados para o governo. Após a morte de Teori Zavascki, que era relator da Lava Jato no STF, a ministra decidiu não atrasar o andamento da homologação das delações dos 77 executivos da Odebrecht que aceitaram colaborar com a Justiça.

CONTINUA

28 JAN 2017

29 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Em tese, isso deveria ser feito pelo novo relator — que ainda não foi escolhido. Mas um acerto entre Cármen Lúcia e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, permitiu a retomada dos trabalhos. Agora, cabe a ministra decidir se ela própria também vai assumir a responsabilidade por referendar as colaborações premiadas. A presidente do STF ainda não tomou uma decisão sobre isso. Mas o Planalto já tornou pública sua insatisfação com a possibilidade de a homologação ser feita por Cármen Lúcia e não pelo novo relator da Lava Jato.

A DONA DO JOGO

Outros momentos em que a presidente do STF agiu primeiro e falou depois:

CRISE INSTITUCIONAL

Cármen Lúcia foi uma das "bombeiras" que apagou a crise entre o Judiciário e o Congresso, no fim do ano passado. A pedido do Planalto, que temia uma paralisia no Legislativo e uma ofensiva "vingativa" de juizes, ela participou decisivamente da articulação que reverteu o afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado, decisão que havia sido tomada pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello. Temer ficou com uma dívida de gratidão com a ministra.

CRISE DOS ESTADOS

No início do mês, Cármen Lúcia concedeu duas liminares ao governo do Rio que impediram o bloqueio de um total de R\$ 373 milhões. A medida garantia alívio financeiro ao Rio, mas preocupou o Planalto. O temor era de que o ajuste fiscal ficasse comprometido caso outros estados conseguissem liminares semelhantes. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o próprio Temer procuraram a ministra para ela "reconsiderar". Cármen Lúcia aceitou suspender a tramitação da ação do Rio.

CRISE CARCERÁRIA

Cármen Lúcia assumiu a dianteira das discussões para solucionar a superlotação das penitenciárias muito antes de a crise carcerária ter estourado, no início do ano. Visitou presídios e defendeu mutirões carcerários. Causou ciúmes no Planalto, que apenas reagiu aos acontecimentos.

FUTURA ADVERSÁRIA

Planalto teme que projeção torne a ministra alternativa à sucessão

Planalto e aliados nutrem uma preocupação adicional com relação ao protagonismo da presidente do STF, Cármen Lúcia: o receio de que ela se torne uma alternativa viável para suceder o presidente Michel Temer. Isso poderia ocorrer em duas hipóteses — caso o mandato de Temer seja cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e na eleição presidencial de 2018. O julgamento de Temer no TSE tende a ocorrer ainda neste ano. Se o presidente perder o cargo, o Congresso teria de escolher o sucessor em 30 dias.

Cármen Lúcia poderia surgir como uma opção: é equilibrada; não enfrenta denúncias de corrupção; não tem vínculos partidários; e eventualmente teria o apoio da opinião pública devido a sua atuação em temas importantes da agenda nacional.

A segunda hipótese seria de que a presidente do Supremo se destacasse tanto até a eleição de 2018 que decidisse concorrer. O cientista político David Fleischer diz que, diante do cenário de envolvimento das principais lideranças políticas do país no escândalo da Lava Jato, um nome como o de Cármen Lúcia pode vir a ser uma alternativa viável. "Durante o mensalão, o nome do [ex-ministro do STF] Joaquim Barbosa sempre era lembrado [para a Presidência]", lembra Fleischer.

Até agora, porém, Cármen Lúcia não deu qualquer sinal concreto para alimentar os temores dos aliados de Temer.

Um ministro para o STF

GAZETA DO POVO

28 JAN 2017

29 JAN 2017

A morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki deu ao presidente Michel Temer uma tarefa que ele não pensava ter de realizar durante seu mandato: a nomeação de novos ministros do STF — a não ser em caso de antecipação da aposentadoria, o primeiro dos magistrados a chegar aos 75 anos seria Celso de Mello, em 2020. Hoje, a corte tem quatro indicados por Dilma Rousseff, três por Lula, um por Fernando Henrique Cardoso, um por Fernando Collor e um por José Sarney.

Diversos nomes já estão sendo citados e, em certos casos, exaltados ou criticados. Ministros de tribunais superiores, o atual ministro da Justiça e o juiz Sergio Moro são nomes que circulam nos corredores palacianos e na boca do povo. Em vez de considerar pessoas específicas, no entanto, preferimos deixar evidente qual é o perfil desejado para o novo ministro do Supremo. Além das características óbvias, algumas das quais consagradas em lei, como honestidade, integridade e notório saber jurídico, há uma mentalidade que vemos como muito necessária nas circunstâncias atuais.

Antes de mais nada, é preciso que o substituto de Zavascki esteja plenamente convicto de que a missão do Supremo Tribunal Federal é zelar pela Constituição. Os ministros são os guardiões e intérpretes da Carta Magna, não seus redatores — mas a fronteira entre uma coisa e outra, reconhecemos, nem sempre é nítida. O STF é constantemente chamado a dirimir questões que não necessariamente estão contempladas de forma clara pelo texto constitucional, ou em que há choque entre princípios defendidos pela lei maior. Diante de tais dilemas, há todo um leque de posturas que vai do literalismo absoluto até o afastamento completo da prescrição legal em nome de preferências ideológicas. O novo ministro há de ter a envergadura intelectual para se distanciar

O ativismo judicial é ainda mais funesto quando é usado para promover engenharia social

dos dois extremos, buscando a solução que emerge do próprio texto da Constituição, ainda que ela fira convicções pessoais. Ele precisará, também, resistir à tentação do “ativismo judiciário”, em que juízes tomam decisões que, na prática, representam uma intenção de legislar, atividade reservada aos representantes do povo. O “ativismo judiciário” deturpa a saudável separação de poderes, e não poucas vezes causou graves prejuízos ao país.

O ativismo judicial se torna ainda mais funesto quando é usado para promover engenharia social. Isso ocorre, por exemplo, quando um ministro do STF coloca a própria ideologia à frente de sua função de guardião da Constituição e, sabendo que não precisa prestar contas de suas decisões, refaz a Carta Magna segundo sua própria concepção de mundo e sociedade. O caso mais recente, e talvez mais grosseiro, está no voto de Luís Roberto Barroso segundo o qual o aborto deveria ser permitido em qualquer circunstância nos três primeiros meses de gestação, voto que foi seguido por Rosa Weber e Edson Fachin. Barroso não teve o menor pudor de se aproveitar de um julgamento em que a lei sobre aborto não estava em jogo — tratava-se da análise da prisão preventiva de cinco acusados de manter uma clínica clandestina — para fazer prevalecer sua visão pessoal em um assunto no qual não existe nem mesmo a desculpa de “omissão do Legislativo”.

Se algo pode ser dito em defesa de Michel Temer a esse respeito, é o fato de ele não ter o perfil ideológico de seus dois antecessores, ambos defensores da engenharia social. Temer certamente terá seus favoritos para o posto. Pessoas próximas ao presidente, por sua vez, tentarão emplacar indicações. Se, além da reputação ilibada e do saber jurídico, o nomeado tiver a consciência do real papel que é chamado a desempenhar, o novo ministro terá muito a acrescentar ao STF.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Ives Gandra Filho

Passou-se uma semana do trágico acidente com o ministro Teori Zavascki e todos já querem palpar quanto ao sucessor na cadeira vaga do STF. Aos poucos, o nome do ministro Ives Gandra Filho começou a ganhar força, e também ganharam força seus opositores. Nome impensável para o STF na última década, temos agora um jurista que realmente representa o povo brasileiro, que é dedicado, juridicamente competente, de formação exemplar. É na vida privada o que é na pública. Em outras palavras: íntegro. Se de fato for nomeado, o STF progressista, cuja atuação é predominantemente contra os valores do povo brasileiro, ganha em democracia, em representatividade e em diversidade de pensamento.

Francisco Augusto Garcia

ELIO GASPARI

GANDRA É BARBADA

Depois que foram conhecidas as opiniões do doutor Ives Gandra Filho sobre o papel das mulheres, o divórcio e o casamento de bípedes com quadrúpedes, ele se tornou uma barbada para uma cadeira na mais alta corte da Arábia Saudita.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

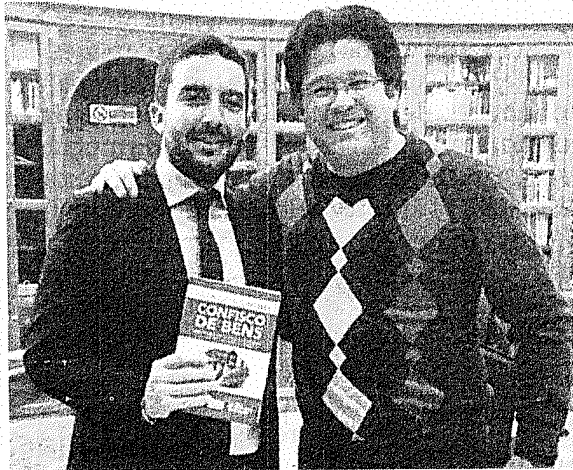
GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Nota de esclarecimento

Em nota publicada em 28 de dezembro de 2016, esta coluna noticiou a prisão do empresário Tony Garcia nos Estados Unidos, em razão de uma dívida de jogo. Após posterior apuração, que incluiu contato com o empresário, verificou-se que, ao contrário do que foi inicialmente divulgado, Tony Garcia não foi preso em Las Vegas, já que não visita a cidade americana desde 2014.

O professor de Direito Penal Solon Linhares (à dir.) entregou seu livro *Confisco de Bens* ao procurador da República da Itália, Roberto Tartaglia, chefe da comissão de confisco de bens antimáfia de Palermo. Professor do Curso Luiz Carlos, em Curitiba, Solon está na Itália, onde participa da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, em Palermo.



GAZETA DO POVO

GASPARI

28 JAN 2017

29 JAN 2017

A prepotência de Eike servia à corrupção

Em junho de 2011 o empresário Eike Batista admitiu que emprestara o seu jatinho Legacy ao governador Sérgio Cabral para que ele chegasse a um resort da Bahia para a festa de aniversário do seu amigo Fernando Cavendish, dono da empreiteira Delta. Interpelado sobre a eventual impropriedade do mimo, Eike vestiu o manto de homem mais rico do Brasil, oitavo do mundo, e respondeu:

“Tive satisfação em ter colocado meu avião à disposição do governador Sérgio Cabral, que vem realizando seu trabalho com grande competência e determinação. Sou livre para selecionar minhas amizades, contribuir para campanhas políticas, trazer a Olimpíada para o Rio (...) e auxiliar a realização de diversos projetos sociais e culturais do Estado”.

Batista exercitava a superioridade dos poderosos. Ele sabia a natureza de suas relações com o governador e tinha certeza de que esse segredo jamais seria rompido. Entre 2009 e 2011 o casal Cabral voara 13 vezes nas asas de Eike, mas isso era apenas um aperitivo. Ele deslizara US\$ 16,5 milhões para os bolsos de Cabral, sempre “com grande competência e determinação”.

A sabedoria convencional leva as pessoas a acreditar que empresários muito ricos são também muito inteligentes. Os casos de Eike e de Marcelo Odebrecht mostram que às vezes a prepotência lhes embaça o raciocínio. Eike não precisava ter assumido um tom principesco ao tratar do empréstimo do avião. Da mesma forma, em 2014, ao ser incriminado na Lava Jato, Odebrecht deu uma lição de moral à imprensa: “A euforia de se publicar notícias de impacto em período eleitoral extrapolou o razoável. (...) Neste cenário nada democrático, fala-se o que se quer, sem as devidas comprovações, e alguns veículos da mídia acabam por apoiar o vazamento de informação protegida por lei, tratando como verdadeira a eventual denúncia vazia de um criminoso confesso e que é ‘premiado’ por denunciar a maior quantidade possível de empresas e pessoas.”

Tanto no caso de Eike como no de Odebrecht, as suspeitas de 2011 e 2014 revelaram-se conversas de freiras. A verdade ia muito além. Para glória da Viúva, Marcelo Odebrecht e seus 77 executivos tornaram-se “criminosos confessos”. Eike irá pelo mesmo caminho.

SAUDADES

No tempo do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa era visto como uma encarnação do Tinhoso. Veio a Lava Jato e com ela o juiz Sergio Moro. Muita gente ficou com saudade de Joaquim Barbosa. O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, deixará poderosos marqueses do Rio com saudades de Moro.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



Condenados pela Justiça, absolvidos pelo partido

Por que é tão difícil
as siglas punirem
filiados envolvidos
em corrupção

Kelli Kadanus

● A corrupção nunca esteve tanto nos holofotes no Brasil como nos últimos anos. Mais especificamente, desde o julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2005. São mais de dez anos de combate à corrupção no país, com a descoberta de novos casos e cada vez mais pessoas sendo punidas. A Justiça está mais abrangente — e a Operação Lava Jato está aí para provar.

Vista grossa

Mas, apesar das penas aplicadas pela Justiça em casos de envolvimento de políticos com corrupção, os partidos políticos parecem ir na contramão. Dos condenados pela Justiça nos casos mensalão e Lava Jato, por exemplo, há apenas dois casos de expulsão dos partidos.

Em outubro de 2005, o PT expulsou o ex-tesoureiro Delúbio Soares, depois de um processo de investigação interna. Em 2011, porém, ele retornou ao partido e continua filiado atualmente. O outro caso de expulsão é do PTB. Após ser condenado no mensalão, Romeu Queiroz foi expulso pelo partido.

O caso mais emblemático da conivência das legendas é o de Roberto Jefferson (PTB). Delator do mensalão, Jefferson foi condenado pelo STF, mas continuou como filiado ao partido. Atualmente, é o presidente nacional da legenda.

O ex-ministro José Dirceu (PT) e o ex-deputado federal Pedro Correa (PP) foram condenados tanto no mensalão quanto na Lava Jato, mas continuam filiados às suas respectivas legendas, sem nenhuma punição partidária.

Pelo menos três condenados deixaram os partidos políticos a que pertenciam — antes de serem expulsos. Foi o caso do ex-deputado José Borba, do PMDB, condenado pelo mensalão; do ex-deputado André Vargas, do PT, condenado na Lava Jato; e do ex-senador e ex-presidente do PTB do Distrito Federal, Gim Argello, condenado também na Lava Jato.

Resistência

O especialista em sociologia política da Universidade de São Paulo (USP) Brasília Sallum Júnior diz que os partidos não são organizações disciplinadas e há uma resistência em punir os filiados. “Você tem uma enorme resistência dos partidos em penalizarem. Se evita penalizar aquele que é companheiro de partido, já que a Justiça já fez isso de alguma maneira”, explica.

O especialista também cita a tentativa de autopreservação como um dos motivos para o baixo índice de expulsões.

“Não tomar uma atitude disciplinar desse tipo, de alguma maneira funciona como uma medida de autoproteção para os colegas de partido”, explica. “A expulsão pode levar eventualmente a algum tipo de reação não desejada”, diz.

Tudo pelo poder

Mestre em ciências políticas pela Universidade de Brasília (UnB), Alexandre Rocha diz que a falta de punição tem relação com os objetivos dos partidos políticos em uma democracia. “O objetivo de um partido é conquistar o poder. Muitas vezes eles partem do princípio de que os fins justificam os meios para conquistar o poder, independentemente de quem está filiado”, avalia.

“Os partidos buscam figuras midiáticas, figuras que atraíam votos, e pouco estão se importando com questões de conduta daquele que vem a ser candidato, desde que atraia os votos, desde que conquiste um cargo eletivo, que possa ganhar dividendos para o partido”, explica Rocha.

CONTINUA

“JULGAMENTO INJUSTO”

No caso dos condenados no mensalão filiados ao PT, há outro ingrediente que explica a conivência do partido. “Tem um monte de situações que permitiram que o partido considerasse que houve na verdade um julgamento injusto. Isso deu justificativa para eles não expulsarem os condenados”, explica Sallum Júnior, da USP. Para ele, isso deve mudar — em todos os partidos — à medida que mais filiados forem condenados na Lava Jato. “Vai mudar muito a situação porque é uma investigação feita de forma muito mais detalhada e isso vai produzir, dependendo do partido, necessidade de se preservar e punir seus membros”, explica.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO



CONTINUA

OUTROLADO

O que dizem as legendas sobre essa indulgência

● A reportagem da **Gazeta do Povo** procurou os partidos para entender como eles se posicionam em relação a casos de corrupção entre os filiados. O PT afirmou que não há ainda posicionamento do partido em relação aos eventuais condenados na Lava Jato. Mas o partido trabalha em uma reorganização para recuperar a credibilidade. Uma proposta do ex-dirigente Valter Pomar para o 6º Congresso do PT, em junho, prevê a criação de uma "Comissão Especial de Investigação" e de um "tribunal de honra". O documento também sugere a criação de uma corregedoria permanente. O PP alegou que quando um filiado é condenado pela Justiça, automaticamente perde os direitos políticos, não sendo necessário, assim, que o partido oficialize a expulsão. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), porém, os nomes de Pedro Henry, condenado no mensalão, e de Pedro Correa, condenado no mensalão e na Lava Jato, ainda constam como filiados da legenda. O PMDB, o PTB e o Solidariedade não se posicionaram.




“O objetivo de um partido é conquistar o poder. Muitas vezes eles partem do princípio de que os fins justificam os meios para conquistar o poder, independentemente de quem está filiado.”




































Alexandre Rocha, mestre em ciências políticas pela UnB.

CONIVÊNCIA DOS PARTIDOS

Veja o que os partidos fizeram com os condenados em casos de corrupção pela Justiça:

Situação no partido

continua  expulso  pediu desfiliação 

partido	situação	nome	caso de condenação
 PMDB		 José Borba	Mensalão
 PT		 José Dirceu	Mensalão e Lava jato
		 José Genoíno	Mensalão
expulso em 2005 voltou em 2011		 Delúbio Soares	Mensalão
		 João Paulo Cunha	Mensalão
		 João Vaccari Neto	Lava jato
		 André Vargas	Lava jato
		 Leon Vargas	Lava jato
 PP		 Pedro Correa	Mensalão e Lava jato
		 Pedro Henry	Mensalão
 PTB		 Roberto Jefferson	Mensalão
		 Romeu Queiroz	Mensalão
		 Emerson Palmieri	Mensalão
		 Gim Argello	Lava jato
 SD		 Luís Argolo	Lava jato

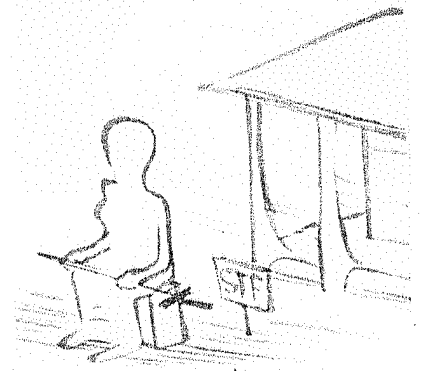
30 JAN 2017

GAZETA DO POVO

BENETT



VAI,
CÁRMEN LÚCIA.
HOMOLOGA,
RÁPIDO!!!



GAZETA DO POVO

TUANY BARON

PAULA BERNARDELLI

30 JAN 2017

A mulher do século 21 - uma resposta a Luiz Felipe Pondé

O que será da mulher do século 21? Referimo-nos à construção social e não ao gênero. Mais especificamente à mulher heterossexual. E o homem heterossexual é capaz de vida inteligente? Ou ele só pensa que a mulherada existe para se enquadrar em seus padrões?

Nossa hipótese é a de que, conforme nos tornamos mais livres, já não aceitamos a possibilidade de sermos “comidas” e nos interessamos pela descoberta do nosso próprio corpo. Podemos viver nossa liberdade sexual, às vezes com homens que entendem que sexo é consenso e não caça, às vezes com uns cuja mediocridade não conseguimos identificar a tempo.

Mas em algum momento a mulher do século 21 se pergunta “o que eu quero da vida?”, e a cada dia ela vai querer mais ser dona dessa vida inteira. Mas isso parece chato, não é? Histérico demais!

Será assim que casamentos abusivos acabarão. Filhos sem consentimento desaparecerão. O mercado de trabalho crescerá com mulheres construindo grandes carreiras. Famílias serão finalmente saudáveis, com pais e parceiros de verdade. Os homens entenderão que nunca foram oprimidos: as imposições sobre suas vidas são colocadas por eles mesmos.

O feminismo empurra as mulheres para a experimentação do que lhes der vontade. E os machos que continuarem achando que são o centro do universo serão identificados nos locais públicos como responsáveis pelo seu próprio fracasso.

A ideia da mulher sempre insatisfeita é um mito. Acontece que somos ensinadas a satisfazer os outros. Esperem a hora em que todas descobrirem que não precisam atender só às expectativas masculinas. Aí teremos toda uma geração de mulheres satisfeitas. Vai ser bom pra todos, paguem para ver.

Sim, vai ficar difícil para quem nunca quis nos entender. O feminismo faz da sororidade um laço social, mas, para dificultar, tem filósofo tonto que olha e não sabe reconhecer o machismo quando ele diz “bom dia, estou aqui na sua cara!”

É claro que a catarse que passamos a nos permitir obriga o homem a “se mexer”. Mas já não era hora?

O machista diz que evoluiu num ambiente mais violento, em que nunca lhe ensinaram o significado do “não”. Daí ser ele quem se sente castrado quando se fala em igualdade. Os meninos terão de se esforçar um pouco mais para entender que as mulheres não são objetos para “valer algum investimento”.

Tem aqueles que ficarão revoltados, esbravejando que não querem aderir à moda de tratar mulher dignamente, querendo ser politicamente incorretos porque isso é ser legal (tem coisa mais chata que machista querendo aprovação de outros machistas?), incapazes de reflexão, inseguros, tremendo diante da possibilidade de que alguém não os considere viris o suficiente só porque decidiram agir com respeito.

Na “ponta dos meninos”, o fato é que não existe coisa mais triste do que moleque imaturo quando se sente ameaçado. A espécie humana seguramente não acabará, mas acabarão os machos hetero-narcisos e surgirão as mulheres que encontraram o seu lugar. Deus dirá: Ótimo! O machismo deu muito errado, melhor não procriar.

O homem do século 21, se quiser uma mulher ao lado dele, terá de aprender a ser empático. Menos resistência e mais diálogo. A mulher livre exige o respeito que o homem livre já tem.

Tuany Baron, graduada em Direito, é pesquisadora do Grupo Política por.de.para Mulheres (Uerj/UFPR). **Paula Bernardelli**, advogada e pesquisadora do grupo Política por.de.para Mulheres, é membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político e da Comissão Permanente de Direito Político e Eleitoral do Instituto dos Advogados de São Paulo.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Posse no TJ

A nova cúpula do Tribunal de Justiça, para o biênio 2017-2018, será empossada no dia 1º de fevereiro em cerimônia que acontece às 17 horas, na sala desembargador Clotário Portugal (12º andar), Palácio da Justiça – anexo. Os desembargadores empossados são: presidente do TJ, Renato Braga Bettega; o 1º vice-presidente Arquelau Araujo Ribas; a 2º vice-presidente Lidia Maejima; o corregedor-geral da Justiça Rogério Luís Nielsen Kanayama e o corregedor Mario Helton Jorge.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Juízes auxiliares do STF concluem audiências com delatores da Odebrecht

Tomada de depoimentos dos 77 executivos e ex-funcionários da empreiteira é a última etapa da homologação, que depende do novo relator do caso

Caberá à presidente do STF, Cármen Lúcia, redistribuir a relatoria da Lava Jato entre os integrantes da Corte

Mateus Coutinho e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - Com a audiência de Marcelo Odebrecht realizada na manhã dessa sexta-feira (27), na Justiça Federal em Curitiba, os juízes auxiliares que atuam no gabinete do ministro Teori Zavascki, morto no dia 19 em um acidente aéreo em Paraty (RJ), concluíram a tomada dos depoimentos para confirmar o teor dos acordos dos 77 executivos e ex-funcionários da empreiteira e que devem dobrar o tamanho das investigações da Lava Jato.

Em razão da morte de Teori, relator da Lava Jato no STF, os integrantes da Corte discutem reservadamente, desde o início da semana, a quem cabe fazer a homologação. A homologação poderá ser feita pela presidente do Supremo, Cármen Lúcia, em função do período de recesso na Corte, que termina na quarta-feira (1º).

A medida também poderia ser tomada pelo novo relator, que seria sorteado entre os integrantes da Segunda Turma, colegiado integrado por Teori.

Após a morte de Teori, Cármen Lúcia conversou com outros colegas da Corte e até com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e decidiu no começo da semana retomar o cronograma dos depoimentos da Odebrecht que havia sido estabelecido por Teori.

Um dos últimos depoimentos foi o do empresário Marcelo Odebrecht. Ele prestou depoimento na manhã de ontem (27) na sede da Justiça Federal, em Curitiba.

O objetivo foi confirmar se o executivo, que está preso na capital paranaense desde junho de 2015, concordou por vontade própria, e sem ser coagido, em firmar acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF) para fornecer detalhes sobre o esquema de corrupção envolvendo a em-

preiteira Odebrecht e a Petrobras. Outro executivo da empresa também foi ouvido por Marcio Schiefler nessa sexta-feira (27). Esta é uma etapa formal do processo para que a delação premiada possa ser homologada, isto é, para que se torne juridicamente válida.

O antigo relator do caso no STF e seus juízes auxiliares dedicaram-se ao assunto nas férias e, com o acidente, o cronograma inicial foi interrompido. Mesmo com a morte do ministro, os auxiliares que atuam em seu gabinete permanecem trabalhando até que o sucessor de Teori assuma e decida sobre a equipe do gabinete.

O acordo de colaboração fechado com a Procuradoria-Geral da República prevê que apenas Marcelo Odebrecht continue na prisão até o fim deste ano. Ao todo, a pena prevista para Marcelo será de dez anos, sendo os dois primeiros na cadeia.

CONTINUA

28 JAN 2017

29 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele está preso preventivamente por determinação do juiz Sérgio Moro desde junho de 2015, suspeito de pagar propina em troca de contratos na Petrobras. Depois desse período, no fim de 2017, passará a ter direito a progressões gradativas: dois anos e meio em regime fechado domiciliar, dois anos e meio no semiaberto e a última parte no regime aberto.

28 JAN 2017

29 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Seis indicados são finalistas para vaga no STF

De todos os nomes citados para ocupar a vaga aberta com o súbito falecimento do ministro Teori Zavascki, no Supremo Tribunal Federal, seis têm chances maiores. Na "pole position" está o ministro Ives Gandra Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, mas três ministros do Superior Tribunal de Justiça são igualmente muito fortes: João Otávio de Noronha, Mauro Campbell e Luís Felipe Salomão.

Dois de casa

Os outros dois candidatos à vaga no STF são ministros de Temer: Grace Mendonça (AGU) e Alexandre de Moraes (Justiça).

Campanha aberta

Em campanha para o Supremo, Alexandre de Moraes tem feito chegar ao presidente Michel Temer todas as manifestações de apoio que recebe.

Escolha está feita

Temer já fez a sua escolha e a anunciará imediatamente, tão logo o STF designe o novo relator da Lava Jato, em lugar de Teori Zavascki.

É preciso federalizar as prisões brasileiras

28 JAN 2017

29 JAN 2017

No início deste ano novas tragédias em prisões voltam a dominar os noticiários. Mortes, assassinatos, fugas, brigas insanas entre facções... é o "sistema penitenciário" se mostrando ao Brasil. Não é de agora toda essa barbárie. Sempre foi um setor relegado a segundo plano o sistema penal no Brasil, apesar da avançada Lei de Execução Penal (LEP) que temos.

Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já no ano de 2012 confirmava as péssimas condições nas prisões brasileiras: superlotação, condições insalubres, demora em julgamentos, violações de direitos, maus-tratos com os presos e por aí vai. Já no ano de 1992, no fato histórico conhecido como "massacre do Carandiru", tornou-se clara a necessidade de se atentar ao caso penitenciário nacional. De 1992 pra cá, os criminosos aprimoraram e engrossaram suas fileiras espalhando o terror. Como em 2001 em ataques ao poder público em São Paulo. Diversas facções foram se formando nas várias regiões do Brasil e espalhando sua forma de "operar" dentro das prisões.

A barbárie dos casos do Maranhão, em Pedrinhas, de Cascavel no Paraná, do Amazonas, de Roraima, do Rio Grande do Norte e outras, precisa ser vista e analisada numa visão mais ampla. Cabe ao Estado a aplicação da pena, seu controle e

garantia dos direitos dos presos, inclusive garantia de vida. A Lei de Execução Penal brasileira de 1984 é considerada por estudiosos como uma das mais avançadas do mundo, sendo elogiada pelos avanços na garantia dos direitos dos presos e por seu foco na reintegração social. Infelizmente, pouco se tem efetivamente colocado em prática.

O sistema penitenciário brasileiro pouco tem de sistema. Alguns Estados têm secretarias específicas de administração penitenciária, como São Paulo; outros vinculam o sistema às secretarias de Segurança Pública e outros ainda agregam à Secretaria de Justiça, caso do Paraná. É a conveniência política que resolve para quem vai a administração penitenciária. Outro problema é a questão da falta de pessoal, tanto servidores técnicos e administrativos como agentes penitenciários, o que compromete qualquer tratamento penal adequado.

Os altos custos são os grandes obstáculos dos governos para o atendimento integral da LEP. Cada estado vai "se virando" do seu jeito e quase nunca atendendo à LEP. Só um sistema planejado é capaz de dar soluções adequadas aos graves problemas de administração penal no Brasil. E nesse caminho os órgãos ligados diretamente com a questão, como o Ministério da Justiça e o CNJ, entre outros, poderiam vislumbrar e estudar uma forma de federalizar o sistema.

A administração penal nas mãos da União poderia ser mais efetiva no cumprimento à LEP. Os presos condenados passariam a ser de custódia exclusiva da União, deixando aos Estados a custódia dos presos provisórios apenas. Os Estados se livrariam dos altos custos do sistema. A Polícia Federal teria condições de investigar melhor o crime organizado dentro das prisões. É claro que os custos seriam altos para o governo federal, no entanto, seria uma responsabilidade em função do bem social. Além disso, boa parte dos recursos para construção de prisões ainda tem vindo do governo federal. Vale a pena estudar uma forma de transição, e até já existe o Departamento Penitenciário Nacional que pode ser o embrião de um sistema de vanguarda e eficiente de tratamento de presos.

A sociedade não pode mais fechar os olhos ao que se passa nas prisões. Profissionais que dedicam suas vidas ao

trabalho prisional sentem-se angustiados e ameaçados constantemente e veem suas famílias também em pânico constante. A tensão se espalha pelo tecido social a cada tragédia noticiada e é preciso pôr um fim nessa situação.

Seria um bom momento para dar um salto espantoso e fazer valer a reverência que a LEP brasileira recebe pelo mundo afora. Um país comprometido com os direitos humanos e com a segurança de sua população não pode fechar os olhos para a miséria de suas prisões, para o crime organizado que surge nelas e para as condições dos presos. A Justiça é um ideal a ser perseguido constantemente.

WILSON FRANCISCO MOREIRA é agente penitenciário, sociólogo e especialista em Tratamento Penal e Gestão Prisional em Londrina

66

A administração penal nas mãos da União poderia ser mais efetiva no cumprimento à Lei de Execução Penal

30 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Candidatura de Maia incomoda ministros do STF

Após o luto pelo colega Teori Zavascki, ministros do Supremo Tribunal Federal voltam as atenções para a briga pela presidência da Câmara. Parte deles acha que o Judiciário não deve ser meter, mas há um número cada vez maior de ministros considerando que o STF não pode se omitir diante de “flagrante desrespeito à Constituição”, como disse um deles, representado na candidatura de Rodrigo Maia à reeleição.

Sem exceções

A Constituição não prevê exceções ao proibir a reeleição do presidente da Câmara na mesma legislatura. O que a lei não prevê é proibido.

Silêncio ensurdecedor

Orgulhoso da sua condição de constitucionalista, Michel Temer sabe que a candidatura de Rodrigo Maia é ilegal, por isso não se manifesta.

Fingindo-se de mortos

A reeleição de Maia atropela a Constituição, mas serve a acomodações políticas. Por isso poucos se importam com a sua clara ilegalidade.

OPINIÃO DO LEITOR

Segurança e Justiça em xeque

A sociedade está atônita, assustada e apavorada com os últimos acontecimentos ocorridos nos presídios do País. Isso demonstra claramente que o comando dentro das penitenciárias é dessa ou de daquela facção criminosa. Ora, senhores governantes, de quem é a responsabilidade pela segurança dos presídios? Essa salvaguarda foi dada ao Estado pela sociedade através da Constituição, então por que as coisas não funcionam? Um dos erros graves é a bendita nomeação, e quem assume a direção dos presídios são cidadãos totalmente despreparados para cargos decisivos, quando deveriam assumir por meritocracia. Outro ponto crucial é o descasamento de informações entre a Justiça que condena e a cadeia que recebe o encarcerado, resultando nesse desumano caos de superlotação. Um ponto irônico e de interesse próprio de políticos, é de que pessoas ligadas ao crime também votam, e a maioria dos políticos fazem vista grossa, não combatem o crime em seus redutos, incentivando a liberalização do crime, com aval de quem deveria combatê-lo, resultando nessa ação: mais condenações e menos prisões. Senhores deputados e juristas, faz-se necessário uma reforma urgente na Justiça criminal, nos direitos e deveres de criminosos, rever os direitos humanos nos presídios, melhorar as condições de trabalho dos policiais na ação contra o crime, hoje de mãos atadas pela legislação, enfim um trabalho que irá mexer com interesses diversos. Tudo para trazer para nós, cidadãos de bem, a paz esperada e aguardada há gerações.

YOCIHARU OUTUKI (engenheiro agrônomo) - Itambaracá

Como as drogas nos engolem

Asociedade brasileira está sofrendo os efeitos cada vez mais devastadores do uso de drogas produzidas e distribuídas pelo pior tipo de gente – os traficantes. Aquilo que até algumas décadas atrás parecia ser uma doença apenas das grandes cidades se espalhou por todo o País, até por pequenos lugarejos.

Sim, mesmo na zona rural já se observa o desespero de trabalhadores pela chegada do sábado, dia em que recebem o pagamento semanal e correm atrás das drogas. Quem atua na área do Direito percebe claramente que a droga está na raiz de mais da metade dos crimes. De fato, os roubos, assaltos, latrocínios são em geral praticados por pessoas que agem sob o efeito de drogas ou cuidam de seu transporte e distribuição.

O tormento nas penitenciárias brasileiras, que causa perplexidade interna e externamente, é claro reflexo da luta pelo controle do milionário mercado de venda de drogas.

O adolescente que na garupa da uma moto atira aleatoriamente após extorquir a vítima assim age não por pretender comprar uma roupa nova ou sair com a namorada. Ele precisa do dinheiro para adquirir droga ou para pagar ao fornecedor – se não quitar a dívida, pagará com a própria vida.

Em escala maior, nos grandes centros o craque corrói a vontade e a saúde de milhares de pessoas, escravizadas pelo vício e incapazes de dirigir a própria vida. Esse fenômeno social é crescente e ultrapassa a anêmica vontade dos administradores públicos responsáveis pelo combate aos traficantes.

E nada que mereça respeito foi feito para enfrentar a produção, o tráfico e a distribuição

Triste ver nesse terreno de areia movediça que as pessoas se afundam e não conseguem voltar à superfície, movidas pelo engano de preferir – muito mais – a droga à própria vida. De outro ângulo, assusta a frieza do governo federal, que até o momento não fez emergir um plano eficaz que tenha a ventura de proteger a sociedade e livrar do sofrimento as famílias atingidas pelo desastre das drogas.

Décadas atrás o Brasil foi capaz de idealizar um programa de combate à aids, revestido de êxito, mas até agora, apesar do agravamento, nada que mereça respeito foi feito para enfrentar a produção, o tráfico e a distribuição de drogas às pessoas.

Quando concorreu à Presidência da República, o ministro José Serra disse que estava assustado por não termos um plano verdadeiro de combate às drogas. Agora ele está na posição-chave, como ministro das Relações Exteriores, porque a produção de cocaína, craque e maconha é feita em países amigos – Venezuela, Colômbia e Paraguai. Um bom trabalho diplomático com os vizinhos poderia ter melhor efeito do que deixar nossas polícias enxugando gelo.

Se a droga for produzida, o traficante sempre encontrará uma forma de fazê-la chegar ao consumidor, por mil artifícios. O Brasil tem aproximadamente 8 mil quilômetros de fronteiras secas, impossíveis de fiscalização permanente, por sua enorme extensão. Além disso, nosso litoral é também imenso e a

qualquer hora da noite um barco pode aproximar-se da praia e descarregar uma tonelada de cocaína sem que ninguém veja.

Para enfrentar essa estratégia do mal, aperfeiçoada por décadas de combate ineficiente, o Brasil precisa de um plano nacional. No momento esse trabalho está concentrado apenas na fiscalização de umas mingua-das fronteiras.

O presidente da Bolívia, a quem Lula chamava de “o companheiro Morales”, é produtor de coca (a planta) e chegou a dizer pública e hipocritamente que a cocaína não é um problema em seu país. Não é mesmo, os bolivianos tomam um chá feito com folha de coca, não ofensivo à saúde, assim como no Sul tomamos chimarrão. Se tivesse um mínimo de dignidade pessoal, Evo Morales atuaria para impedir a produção de cocaína, que é quase toda enviada para o Brasil.

Paraguai, Venezuela e Colômbia são, como dito acima, países também amigos e neles a produção da droga constitui antigo e lucrativo negócio de quadrilhas organizadas – tão organizadas que nem mesmo a ação conjugada com o governo norte-americano conseguiu impedi-las. Para os nossos vizinhos a imagem do Brasil não está contaminada por preconceitos “imperialistas” e por isso uma ação diplomática não seria mal recebida.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

28 JAN 2017

A importância econômica do Brasil e o destaque alcançado no continente permitiriam que o governo brasileiro se empenhasse num trabalho diplomático voltado para a redução da produção de drogas. Desnecessário repetir que o prazer fugaz e enganoso proporcionado pela droga destrói vidas, destroça famílias e necrosa gradativa e crescentemente o tecido social. É incrível que isso continue acontecendo como expectadores nossos representantes no Congresso Nacional e no governo federal.

O pior nesse quadro sombrio e desanimador é que surgem a toda hora, lamentavelmente, como estímulos à disseminação das drogas, vozes bastante lúgubres anunciando, por exemplo, que a maconha não é danosa para o organismo humano e tampouco vicia. São afirmações sempre alcançadas por boa dose de suspeição.

A maconha talvez seja a mais danosa de todas as drogas, porque representa o início do plano inclinado na vida dos que a experimentam. Esforços isolados são feitos junto à iniciativa privada, a universidades e associações de classe, todas voltadas para a tentativa de recuperação dos viciados.

Tudo isso é necessário e merece estímulo, mas sem nenhuma dúvida falta uma ação programada de governo, um plano, enfim, que alimente a luta contra a produção de drogas. Sem a presença das drogas a criminalidade crescente, que destrói vidas e destroça as famílias, poderá gradativamente arrefecer, criando um clima de esperança para cada um de nós.

É nosso dever, em defesa dos e nossos filhos, netos e da família, não ficar de braços cruzados e aprender a cobrar, sempre, esforços verdadeiros e permanentes dos governantes. Não é possível que faltem inteligência e coragem.

DESEMBARGADOR APOSENTADO DO
TJSP, FOI SECRETÁRIO DE JUSTIÇA
DO GOVERNO DO ESTADO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

28 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Projeto quer reverter condenações injustas

● Desafio

“O desafio é produzir um diagnóstico do erro judiciário, compreender possíveis causas e os motivos de sua ocorrência.”

Dora Cavalcanti

ADVOGADA

Advogada Dora Cavalcanti traz ao País iniciativa que avalia casos de erros judiciários de condenados sem condições de defesa

Fabio Scarpião / BRASÍLIA

Acostumada a atuar na defesa de grandes empresários e em processos com grande repercussão, a advogada Dora Cavalcanti trouxe para o Brasil uma iniciativa que mira o lado oposto dessa moeda: casos sem apelo popular e cujos condenados não possuem condições de exercer o direito de defesa. Criado nos Estados Unidos, o Innocence Project pretende avaliar casos de erro judiciário que resultaram em condenações injustas e, a partir da identificação de encarcerados inocentes, buscar a reversão de suas condenações.

“O desafio é produzir um diagnóstico do erro judiciário, compreender possíveis causas e os motivos de sua ocorrência. Diante dessas hipóteses concretas, o passo seguinte é entender o que é possível fazer em termos práticos para a vida daquela pessoa”, afirma Dora. Defensora de executivos da Odebrecht na Operação Lava Jato, entre eles Marcelo Odebrecht, a advogada também foi sócia no escritório do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, morto em 2014.

Nos EUA, o Innocence Project já libertou 347 pessoas condenadas injustamente – muitas delas no corredor da morte. Aqui no Brasil, o projeto foi fundado em 8 de dezembro do ano passado, em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD). A meta é iniciar o



Iniciativa. A advogada criminalista Dora Cavalcanti

trabalho por São Paulo com a escolha de cinco casos que servirão de teste para a formulação de um modelo próprio de atuação.

Segundo Dora, mais que atuar na reversão de erros, a iniciativa, em forma de clínica jurídica, sem fins lucrativos, pretende prevenir condenações equivocadas e ajudar a melhorar o sistema Judiciário brasileiro. Assim como nos EUA, será realizada uma parceria com uma universidade, ainda a ser definida.

Levantamento do Innocence Project americano mostra que as principais causas das condenações revistas são o falso reconhecimento do acusado, confissões forçadas, má conduta policial, falhas no trabalho do Ministério Público, defesa inadequada, perícias equivocadas e informantes mal intencionados. No Brasil, o projeto vai fazer um mapeamento das razões para as condenações injustas e organizar as informações em um banco de dados.

Formulários. Desde o início do ano, os advogados que integram o projeto estão distribuindo formulários em todo o sistema prisional de São Paulo. Com a ajuda da Secretaria de Administração Penitenciária, os presos poderão expor nesses documentos possíveis erros em suas condenações. Esses formulários serão analisados por uma equipe de voluntários ligados ao IDDD.

“Essa análise vai levar em conta se existe a prova da inocência apontada pelo detento, se ela é passível de produção, ou se a testemunha pode ser localizada ou até se existe um alibi a ser explorado”, afirma a advogada.

Depois dessa seleção, será realizada uma entrevista presencial para, em seguida, dar início aos procedimentos cujo objetivo é reverter a suposta condenação injusta.

28 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Campeão da roubalheira



A história da República registra proezas de cleptocratas extremamente proficientes na arte de meter a mão nos cofres públicos – que o diga a São Paulo dos tempos do ademarismo e do malufismo. O que talvez não se esperasse é que sobre os protagonistas daquelas épocas reinasse agora, impávido, um fantástico “campeão nacional” da roubalheira, cujas proezas levaram à falência todo um Estado da Federação, o Rio de Janeiro: o hoje encarcerado ex-governador Sergio Cabral, em seus melhores dias amigo do peito dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff.

De acordo com o que foi até agora apurado pela força-tarefa da Lava Jato no âmbito da Operação Eficiência, o esquema de corrupção comandado por Cabral é simplesmente fantástico: pelo menos US\$ 100 milhões foram encontrados em contas no exterior ligadas ao grupo criminoso, dos quais cerca de US\$ 80 milhões pertenceriam ao ex-governador, dono também de US\$ 1,8 milhão em diamantes que serão igualmente repatriados. Assim mesmo, segundo revelaram procuradores e delegados da operação, “o patrimônio da organização criminosa comandada por Cabral é um oceano não completamente mapeado”. Para o Ministério Público, “as cifras são indubitavelmente astronômicas” e “esses US\$ 100 milhões são apenas uma parte do dinheiro do esquema”.

O jornal *O Globo* revela que Sergio Cabral, em 25 anos de carreira política, fez seu patrimônio crescer gradativamente, sempre por conta de recursos de origem suspeita. Como deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa fluminense, entre 1991 e 2002, inicialmente filiado ao PSDB e depois ao PMDB, Cabral acumulou um patrimônio de US\$ 2 milhões em contas no exterior. Como senador, de 2003 a 2006, seu patrimônio não declarado fora do País já era de US\$ 7 milhões. Como governador, de 2007 a 2014, a movimentação de

suas contas secretas no exterior foi de US\$ 152 milhões, o que equivale a inacreditáveis US\$ 18,1 milhões por ano de governo. Dinheiro que financiou um alto padrão de vida não apenas para Sergio Cabral e família, mas também para parentes próximos, como um irmão, a ex-mulher e toda uma quadrilha que se encarregava da captação e distribuição dos recursos de origem escusa depositados em 12 contas no exterior.

Essas novas descobertas foram feitas pela Operação Eficiência – e, mais uma vez, não se trata de coincidência – a partir de investigações que tinham como objeto o empresário Eike Batista, que, conforme já havia sido anteriormente descoberto, teria pagado a Cabral propina de US\$ 16,6 milhões por “favores” diversos. Por ironia, as novas revelações sobre o ex-governador fluminense vêm a público simultaneamente com aquelas relativas ao empresário, que cinco anos atrás, surfando nas prerrogativas de “campeão nacional” do empreendedorismo a que fora elevado pelo lulopetismo, foi apontado pela revista *Forbes* como o sétimo homem de negócios mais rico do mundo. Só o BNDES contribuiu com US\$ 6 bilhões para os planos mirabolantes de Eike Batista que se revelaram inexecutáveis e o acabaram levando à falência.

A prisão de Sergio Cabral e seu bando não chega a ser um consolo para a população do Estado do Rio de Janeiro, que não consegue honrar suas contas, nem mesmo a obrigação elementar de pagar em dia seus milhares de funcionários. Mas, se essa desgraça pode ser atribuída, em boa parte, à corrupção deslavada de quem governou o Estado por mais de sete anos, o conjunto da obra é responsabilidade de um poder central que anos a fio vendeu ao País a ilusão da Pátria Grande lastreada na ganância irresponsável que alimentou programas sociais, necessários, mas insustentáveis, e a ilusão de importantes empreendimentos privados reservados para “campeões nacionais” politicamente escolhidos e descuidadosamente financiados por abundantes recursos públicos.

Essa foi uma experiência dispendiosa e frustrada da qual Eike Batista e seu império de fachada são um triste exemplo. Assim, o título de “campeão nacional”, que o lulopetismo não conseguiu garantir para empreendedores amigos de Lula e Dilma, é ironicamente ostentado agora – finalmente por direito de conquista – por um político corrupto que privava da intimidade do gabinete presidencial.

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY
Cabeça

28 JAN 2017

A pessoa que está definindo, em última instância, as estratégias para enfrentar o pedido de prisão preventiva expedido contra **Eike Batista** é, segundo fonte próxima do caso, seu filho **Thór**.

Devidamente orientado pelo pai no WhatsApp.

Who?

Quem é o ex-policial federal carioca **Fernando Martins** – advogado que está atendendo a Eike neste momento?

Desconhecido no meio jurídico, no seu cartão de apresentação se lê: consultor empresarial e ambientalista.

Who 2

Gente ligada a Eike procura convencer o empresário a contratar especialista para impetrar, de imediato, um habeas corpus.

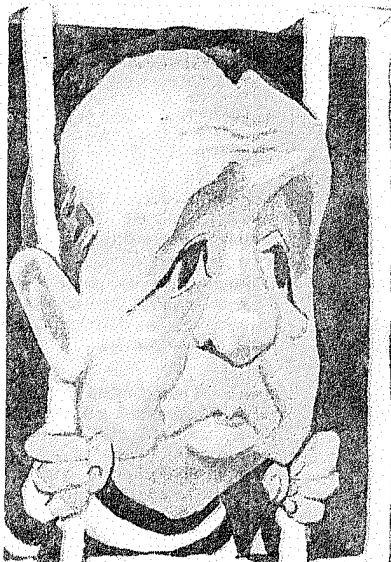
Todo ouvidos

Eliezer Batista acompanha de perto o que está acontecendo com seu filho Eike. Não teve sucesso a tentativa de esconder o pedido de prisão preventiva de quem foi um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil no século passado, amplamente reconhecido pelo seu importante trabalho na Vale.

Por que o cuidado? Eliezer, 82 anos, está doente.

Top 10

As falcatruas bilionárias de **Sergio Cabral**, que estão aparecendo aos borbotões, mereceram comentário irônico de empresário carioca, outrora fã do ex-governador do Rio: “Merece inscrição no prêmio Pablito Escobar”.



➤ **SINAIS PARTICULARES.** **Sérgio Cabral**, ex-governador do Rio, preso pela Operação Calicute

28 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

'Ninguém deseja ser relator da Lava Jato', diz Gilmar

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que "ninguém deseja" ser relator da Operação Lava Jato na Corte, mas aquele que for designado "terá que assumir".

Gilmar afirmou que "é lenda urbana" a versão de que teria pedido à presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, para assumir a função no lugar do ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no dia 19.

"Não existe essa possibilidade de se oferecer (para a relatoria). Nem é possível. Na verdade, é um sistema que terá que ser designado de forma objetiva. E, se for designado relator, evidente que qualquer um terá que assumir", afirmou o ministro que participou de um evento em São Paulo.

Gilmar citou um episódio envolvendo os ministros do tribunal Luís Roberto Barroso e Teori Zavascki. Certa vez, Barroso disse a Teori que o País teve "muita sorte" pelo fato de ele assumir a relatoria dos processos da Operação Lava Jato na Corte. Teori respondeu: "Quem não teve sorte foi eu".

"Então, a rigor, isso tumultua a vida de todos, desorganiza por completo o gabinete que passa a ser concentrado nesse tipo de matéria", disse Gilmar.

'Polêmica'. Indagado se indicou o ministro Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para a vaga de Teori no STF, Gilmar ironizou. "Andam sabendo mais do que eu sobre isso. Vai ter polêmica sobre qualquer candidato ao Supremo, sempre foi assim. Exatamente isso permite que se faça uma boa seleção." / MATEUS

COUTINHO e FAUSTO MACEDO

Justiça obriga consórcio a reassumir o estádio

O Tribunal de Justiça do Rio negou recurso da Concessionária Maracanã e manteve a decisão de 1.ª instância que obriga a empresa a reassumir a gestão do estádio e do Maracanãzinho. Assim, a concessionária deve manter a administração sob pena de multa diária de R\$ 200 mil. O desembargador Henrique Carlos de Andrade

Figueira, da 5.ª Câmara Cível do TJ-RJ, manteve a decisão da juíza Fernanda Rosado de Souza, da 4.ª Vara de Fazenda Pública, em ação movida pelo Estado do Rio de Janeiro.

O complexo está com a energia cortada por falta de pagamento. A concessionária garantiu a quitação do débito, de R\$ 1 milhão.

Justiça condena 3 por morte no Hopi Hari

A Justiça condenou três funcionários do parque Hopi Hari pela morte da estudante Gabriela Yukari Nichimura, em 2012. Ela caiu do brinquedo La Tour Eiffel, um elevador de 70 metros. Peritos constataram que houve falha na manutenção e na segurança. Os três foram condenados a 2 anos e 8 meses de prisão por homicídio culposo. A pena foi revertida em prestação de serviço à comunidade. Outros cinco funcionários foram absolvidos.

28 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Rio vai ao STF para acelerar acordo

Governo fluminense tenta liberar novos empréstimos de R\$ 6,5 bi para pagar servidor

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O Estado do Rio ingressou ontem com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar a antecipação dos termos do acordo firmado com a União anteontem. Sem isso, o governo fluminense precisará aguardar respaldo legal às medidas de socorro financeiro, o que pode prolongar até abril as dificuldades vividas pela população e pelos servidores com salários atrasados. “Tem o tempo de aprovação (das leis). Algo entre dois e três meses, acho que infelizmente ainda teremos essa penúria pela frente”, disse ao ‘Estado’ o secretário de Fazenda do Rio, Gustavo Barbosa.

Os pedidos do governo fluminense ao STF são focados no afastamento de artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que vedam a concessão de empréstimos a entes públicos que extrapolaram limites de gastos com pessoal ou endividamento, caso do Rio. O Estado invoca o artigo 65 da LRF, que prevê exceção em caso de calamidade pública reconhecida pelo Legislativo. O governo fluminense decretou calamidade financeira em junho e a Assembleia Legislativa do

Rio (Alerj) aprovou o reconhecimento em novembro.

Orientado por órgãos jurídicos federais, o governo de Michel Temer se comprometeu apenas com o envio de um projeto de lei ao Congresso para viabilizar exceções LRF. O Rio precisou agir por conta própria para pedir a antecipação e em paralelo a Alerj terá de aprovar uma série de medidas para honrar o acordo. A primeira é a venda da Cedae (água e esgotos).

“Não consigo trazer recursos para pagar servidor se não tiver essa aprovação”, disse Barbosa. A Cedae e receitas futuras de royalties de petróleo servirão de garantia na concessão de dois empréstimos no valor total de R\$ 6,5 bilhões. O financiamento é crucial para que o Estado coloque os salários em dia e crie um clima mais favorável na Alerj para a aprovação das demais medi-

● calamidade

“Tem o tempo de aprovação (das leis). Algo entre dois e três meses, acho que infelizmente ainda teremos essa penúria pela frente.”

Gustavo Barbosa

SECRETÁRIO DE FAZENDA DO RIO

das, igualmente impopulares.

Para isso, no entanto, o governo do Rio pede que os recursos possam ser usados para pagar folha de pessoal, o que é vedado pela LRF e pela Constituição. A Procuradoria-Geral do Estado ainda solicitou a suspensão dos bloqueios de recursos devido ao calote na dívida garantida pelo Tesouro. “A população e os servidores não podem esperar a tramitação das medidas de ajuste, que pode durar entre quatro e seis meses”, disse um procurador ao Estado. O relator da ação será o ministro Luiz Fux.

Medidas impopulares. O funcionalismo do Rio será obrigado a arcar com R\$ 15,8 bilhões, ou um quarto do ajuste programado até 2019, via aumento da alíquota previdenciária. Serão duas mudanças: a elevação da alíquota regular de 11% para 14%, seguido de cobrança extra de 8%, exigida de todos os servidores que pagam a alíquota regular (o que exclui inativos e pensionistas que recebem abaixo do teto do INSS). Inicialmente, o acordo vale por três anos, mas pode ser prorrogado.

O governo estadual terá de cumprir um ajuste de R\$ 62,4 bilhões neste e nos próximos dois anos. “São números gigantes, mas a ambição é essa”, disse Barbosa. Além disso, o Rio vai conviver com um teto de gastos por uma década, limitando o avanço das despesas à variação da inflação ou da Receita Corrente Líquida, o que for menor.

Boa parte do alívio financeiro virá da suspensão da cobrança de dívidas que o Estado tem com a União e bancos (com garantia do Tesouro), sem incluir organismos multilaterais. O governo fluminense deixará de pagar R\$ 24,8 bilhões até 2019, pelos cálculos da Fazenda estadual. A retomada do pagamento desses débitos não está definida.

O Rio ainda vai trabalhar em um Programa de Demissão Voluntária, cuja adesão é esperada entre 1,7 mil e 2 mil funcionários celetistas. A economia anual seria de até R\$ 200 milhões. /

COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

29 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Alienação e insensatez

Em mais uma demonstração de insensibilidade e alheamento da adversa realidade financeira do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça (TJ) fluminense autorizou gastos de R\$ 33 milhões com o pagamento do auxílio-educação a juizes e desembargadores e de R\$ 26,5 milhões para o pagamento do auxílio-locomotão. Como a Corte classificou esses benefícios como “verbas indenizatórias”, os valores dos dois auxílios não são considerados como vencimentos para efeito de cálculo do teto salarial do funcionalismo público, que hoje é de R\$ 33.763.

A decisão do Tribunal de Justiça ocorreu na mesma semana em que o governo fluminense concluiu as negociações com o governo federal, comprometendo-se a cortar gastos de custeio no valor de R\$ 9 bilhões, por três anos, em troca da suspensão de suas dívidas e de uma ajuda financeira para cobrir o déficit de R\$ 26 bilhões nas contas estaduais previsto para 2017. O governo do Rio de Janeiro, que até agora só pagou a primeira das sete parcelas do salário de novembro de 2016 da maioria do funcionalismo público, também não vem repassando os valores relativos ao crédito consignado de servidores aposentados e pensionistas às instituições financeiras, que os incluem nas listas de inadimplentes do Serviço de Proteção ao Crédito. Além disso, as autoridades fazendárias do

Estado já haviam anunciado que, sem o acordo com a União, teriam condições de pagar apenas 7 das 13 folhas de pagamento de 2017.

Concedido a quem tem até 3 filhos com idade entre 8 e 24 anos, o auxílio-educação será pago a 225 magistrados e 3,1 mil serventuários judiciais, que – ao contrário da maioria do funcionalismo fluminense – têm recebido o pagamento integral de seus vencimentos em dia. Ao justificar seu pagamento, a direção do TJRJ lembrou que esse benefício é previsto por uma lei estadual, conhecida como Lei dos Fatos Funcionais, em vigor desde 2009. Além de ser indecente, essa lei colide com a Constituição, cujo artigo 39, em seu parágrafo quarto, é taxativo ao estabelecer que “membros de Poder serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.

A Procuradoria-Geral da República arguiu a inconstitucionalidade dessa lei estadual, mas o julgamento no Supremo Tribunal Federal está suspenso desde 2012, por causa de um pedido de vista do ministro Luiz Fux. Por quase 15 anos, Fux foi juiz do TJRJ – a mesma Corte para a qual sua filha foi nomeada desembargadora há cerca de dez meses. Com relação ao auxílio-locomotão, o tribunal justificou seu pagamento afirmando que equivale ao vale-trans-

porte da iniciativa privada.

A insensibilidade da magistratura fluminense ficou evidenciada no final de 2016, quando juizes de Varas da Fazenda Pública, acolhendo recursos impetrados por associações de servidores, mandaram abrir os cofres públicos e recolher o dinheiro guardado para pagar os salários de juizes, promotores e defensores públicos. Segundo eles, permitir que o Executivo ficasse com dinheiro em caixa ou estabelecesse datas diferentes das previstas pela Constituição para o repasse do Judiciário significaria uma “afronta” ao princípio da independência dos Poderes. A irracionalidade e o irrealismo da corporação chegaram a tal ponto que, na mesma época, alguns de seus integrantes determinaram o confisco até de recursos provenientes de empréstimos concedidos por organismos multilaterais para financiamento de programas sociais no Rio.

Infelizmente, essa conjugação de insensibilidade, alienação e insensatez não é característica exclusiva da magistratura fluminense. Também alheadas da difícil situação econômica do País e das restrições orçamentárias da União e dos Estados, outras corporações de juizes e promotores, que recebem os maiores salários do setor público, esquecendo-se de que os Poderes são independentes, mas o cofre é um só e a responsabilidade sobre o que sai é do Executivo, estão reivindicando reajuste salarial, a título de reposição da inflação.

29 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Atropelo da Constituição



O governo decidiu enviar ao Congresso nova versão do projeto de lei complementar (PLC) que regulamenta os acordos de renegociação de dívidas que vêm sendo discutidos entre a União e os Estados em calamidade financeira, principalmente Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o projeto estabelecerá as condições gerais para a celebração desses acordos, tais como os critérios de elegibilidade, prazo de vigência e contrapartidas a serem adotadas pelos entes federativos “em recuperação”.

Com o projeto, o Ministério da Fazenda pretende dar segurança jurídica aos novos contratos, que seriam passíveis de questionamentos judiciais futuros diante da falta de embasamento legal específico e até mesmo do flagrante conflito com a legislação em vigor, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veda a concessão de novos empréstimos a Estados que descumprem os limites de endividamento e custeio da folha de pagamento do funcionalismo.

Enquanto o projeto de lei complementar que institui o RRF ainda está em elaboração e as medidas de ajuste ainda nem foram submetidas pelos governadores à deliberação das Assembleias Legislativas estaduais, a assinatura dos acordos – e, conseqüentemente, o alívio nas contas dos Estados – dependerá de decisão liminar da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, ou do plenário da Corte.

A vigência imediata dos efeitos da recuperação fiscal interessa primordialmente aos Estados em situação mais crítica, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Em tese, não há novidade na adoção da chamada “antecipação de tutela”, instituto jurídico que já encontra amparo no artigo 273 do Código de Processo Civil. A excrescência, nesse caso, é que agora se trata de antecipar os efeitos de uma lei que ainda não está em vigor – na verdade, não existe

nem como projeto. Presume-se que ela será aprovada tão somente porque a alternativa é assustadora. Se autorizar a assinatura dos acordos e iniciar a produção dos efeitos da lei que ainda não passa de uma ideia, o Supremo, mais uma vez, irá adentrar uma seara para a qual não lhe é outorgado o acesso pela Constituição. O governo, por sua vez, entendeu a gravidade de prosseguir as tratativas com o Rio nos termos até então empregados – a ponto de incorrer em crime de responsabilidade, mantida a estratégia de antecipação dos efeitos do RRF – e passou a tratá-lo como uma mera “carta de intenções” até que o Congresso e a Assembleia do Estado o aprovem.

Por mais hábeis que sejam os malabarismos retóricos e doutrinários executados para sustentar a legitimidade da medida, ao fim e ao cabo se estará diante do atropelo de uma prerrogativa do Legislativo. Ao Congresso não cabe meramente chancelar projetos de lei de iniciativa do Executivo, mas discuti-los e até mesmo modificá-los. Não há garantia de que o teor de qualquer projeto de lei encaminhado pelo Executivo siga o trâmite legislativo sem sofrer alterações. Como cogitar, então, da antecipação de seus efeitos? Por mais benevolência que se possa ter com os Estados em crise, a antecipação dos efeitos de um RRF trará mais embaraços do que soluções.

Como já dito neste espaço, o atual impasse jurídico em que se encontram as renegociações entre a União e os Estados endividados tem origem na liminar concedida pela ministra Cármen Lúcia ao governo do Rio de Janeiro, proibindo a União de bloquear recursos do Estado devidos ao Tesouro Nacional como garantia do cumprimento de obrigações contratuais legítimas. Vale dizer, a presidente do STF sustou os efeitos de um ato jurídico perfeito, sacramentou a quebra de um contrato e hoje não apenas o Rio, mas outros Estados encontram-se diante de um suspense jurídico que só aumenta o drama de milhões de cidadãos, sejam os que se veem privados de serviços públicos, sejam os servidores que estão há meses sem receber salários.

Não há saída para a crise dos Estados fora da Constituição. Os envolvidos no processo de renegociação – em todas as esferas e instâncias – devem a ela inarredável observância. Um projeto de lei – mesmo aqueles com a urgência do Regime de Recuperação Fiscal – deve seguir rigorosamente o rito disposto no texto constitucional e, uma vez aprovado, só então produzir seus efeitos.

30 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Crise no sistema carcerário. Entre maio e outubro,

houve 20.827 flagrantes na capital, mas só 12.133 audiências de custódia, que asseguram direitos e reduzem prisões; programa só atinge

23 das 57 circunscrições judiciárias e universalização será só em agosto

Dois de cada cinco presos ainda não são levados a um juiz em SP no prazo de 24h

Felipe Resik

Há quase dois anos, presos em flagrante começaram a ter em São Paulo o direito de serem apresentados a um juiz em 24 horas. Mas hoje as audiências de custódia, que se tornaram padrão para o País, só valem para três de cada cinco presos em flagrante no Estado. Iniciado na capital, o programa funciona em 23 das 57 circunscrições judiciárias – que, apesar disso, concentram a maior parte dos crimes. Especialistas já veem prejuízo nos direitos dos detidos que não são levados logo ao juiz. A universalização, entretanto, só deve ocorrer em agosto, conforme cronograma do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Ainda assim, apenas com audiências em dias úteis.

A primeira audiência de custódia foi realizada na capital paulista em 24 de fevereiro de 2015, como projeto-piloto. Com objetivo de combater o encarceramento em massa e também assegurar os direitos dos presos, o programa busca avaliar se há necessidade de manter a prisão, como em casos de crimes violentos ou reincidência, ou se o suspeito pode responder em liberdade. O juiz

também pode decidir relaxar a prisão, caso veja irregularidade.

Mesmo em regiões em que há audiência, no entanto, nem todos os detidos são apresentados ao juiz. Dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP) mostram que 20.827 pessoas foram presas em flagrante na capital, entre maio e outubro do ano passado (quando o programa já cobria todas as delegacias e crimes). No mesmo período, houve 12.133 audiências na capital, ou 58,2% dos flagrantes.

Nos seis primeiros meses, quando só funcionava na cidade de São Paulo, os números foram menores ainda: houve cerca de 7,8 mil audiências, segundo o TJ. No mesmo intervalo, a polícia registrou a prisão em flagrante de 66,5 mil pessoas no Estado, de acordo com dados da SSP. “Muito pouco do universo total de São Paulo era submetido à custódia”, justifica o juiz Sylvio Ribeiro de Souza Neto, assessor da Presidência do TJ.

A primeira expansão do programa incluiu a Grande São Paulo, mas só em maio de 2016. Depois, as audiências foram ampliadas para outras 15 regiões, entre elas Ribeirão Preto, Campinas e Santos, atingindo o total de 40,3% das circunscrições judiciárias em novembro. Com a implementação gradual, a

maior parte dos presos em flagrante, no entanto, acabou não sendo apresentada em audiência de custódia nesse período.

Violência doméstica. Além da limitação geográfica, os juízes também não recebiam acusados de homicídio ou de violência doméstica inicialmente. Na atual fase, o TJ-SP estima que o programa consiga abarcar 62% dos flagrantes no Estado. “Foi preciso o escalonamento porque, tanto no âmbito do Tribunal de Justiça quanto especialmente no âmbito das Secretarias de Segurança Pública (SSP) e Administração Penitenciária (SAP), não tinha estrutura para atender o Estado todo”, diz Souza Neto.

Segundo ele, o número de prisões da SSP “sempre vai ser maior do que o de audiências”. “Nas prisões, estão computadas as pessoas que tiveram oportunidade de ter fiança arbitrada pelo delegado e não passaram por custódia. Por exemplo, os casos de embriaguez ao volante, que são muitos”, diz.

Para o juiz, só haver audiência de custódia em dia útil também explica a diferença. “No plantão, o preso também pode conseguir liberdade provisória ou relaxamento da prisão, sem passar por custódia.”

CONTINUA

30 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Universalização. Para o defensor público Vitore Maximiano, que atua no Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo, “o Tribunal de Justiça tem de correr para que todos sejam levados (*ao juiz*), sem exceção, ou estaremos criando uma desigualdade de direitos”. Além do alto custo por preso, ele destaca que o ingresso no sistema penitenciário também facilita a cooptação de pessoas para o crime organizado. “Todos vimos o que tem acontecido nos presídios”, diz.

Faltam três fases para a universalização do programa em São Paulo. Daqui a uma semana, o TJ-SP quer ampliar para outras 11 circunscrições judiciais, entre elas Sorocaba, Bauru e Presidente Prudente. Em maio, entram mais 12 regiões, incluindo Franca, Marília e Presidente Venceslau. As últimas 11 circunscrições, entre elas Americana, Jales e Itanhaém, serão incorporadas em agosto.

Em nota, a Secretaria da Segurança afirma que a ampliação do programa não impacta o orçamento da pasta nem prejudica o atendimento policial para a população. “A Polícia Civil é responsável pela escolta de presos das delegacias até o Fórum, enquanto a PM se responsabiliza por eles enquanto permanecem à disposição da Justiça”, diz. Já a SAP fala que “não há aumento de custos, e sim redução, pois os números gerais de inclusão demonstram a diminuição na entrada de presos”.

● Limitação

“Há prejuízo para quem não passa por custódia. Quando os juízes têm acesso só aos papéis do flagrante, sem ver o preso, a possibilidade de liberdade é reduzida. Prisões desnecessárias causam graves prejuízos sociais e econômicos.”

Vitore Maximiano

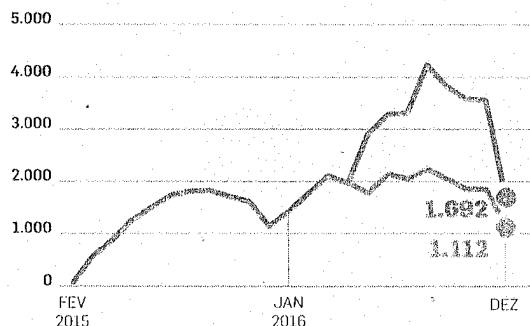
DEFENSOR PÚBLICO

CONTINUA

● As audiências de custódia estão previstas em tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos

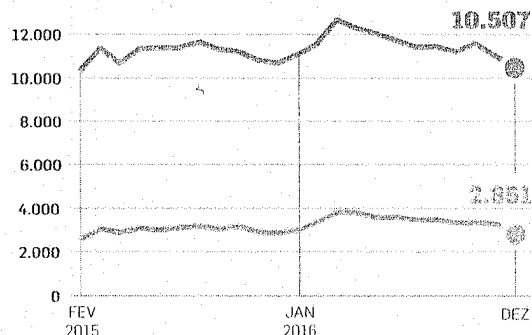
Audiências de custódia

NO ESTADO NA CAPITAL



Pessoas presas em flagrante

NO ESTADO NA CAPITAL



Cronologia de implantação da audiência de custódia

CAPITAL / FEV 2015

Começa na capital, apenas com detidos na zona sul e no centro

GSP / MAI 2016

São incluídas as Circunscrições Jurídicas da Grande São Paulo (São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Itapeverica da Serra)

AGO 2016

São incluídas as Circunscrições Jurídicas de Santos, Jundiaí, Campinas e Ribeirão Preto

NOV 2016

São incluídas as Circunscrições Jurídicas de Mogi-Mirim, Rio Claro, Limeira, Pirassununga, São Carlos, Araraquara, Barretos, Catanduva, Votuporanga, Fernandópolis, Itu e Registro

18ª Região
Fernandópolis

15ª Região
Catanduva

14ª Região
Barretos

41ª Região
Ribeirão Preto

13ª Região
Araraquara

11ª Região
Pirassununga

9ª Região
Rio Claro

4ª Região
Campinas

20ª Região
Itu

21ª Região
Registro

7ª Região
Santos

5ª Região
Jundiaí

FONTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Audiência em fim de semana e feriado fica para outubro

● O Tribunal de Justiça de São Paulo quer implementar as audiências de custódia em fins de semana e feriados em outubro. Dessa forma, a mudança também garantiria o funcionamento durante o recesso do Judiciário, quando os presos deixam de ser apresentados presencialmente ao juiz. Segundo o presidente do TJ-SP, Paulo Dimas, o procedimento vai aumentar em cerca de 40% os custos do Tribunal com as audiências. "Nossa preocupação é levar a todas as comarcas

e, depois, fazer todos os dias."

Hoje, há apenas os plantões judiciais, em que os juízes decidem pela prisão preventiva ou por conceder liberdade provisória pela leitura do flagrante. "Esse procedimento é muito mais frio. Quando fazemos visitas ao CDP Pinheiros (na zona oeste) e encontramos alguém que cometeu um crime de menor potencial ofensivo, quase 100% das vezes essa pessoa foi presa em fim de semana e não passou por audiência de custódia", afirma o defensor público Vitore Maximiano.

O TJ-SP afirma que o cronograma de adoção das audiências foi submetido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aprovado. O órgão é responsável por fiscalizar o programa no País. / F.R.

CONTINUA

No Estado, 56,7% das prisões são mantidas

Mesmo assim, proposta estabilizou população carcerária paulista, que desde março se mantém em cerca de 231 mil

Preso em flagrante por furto, um homem entrou sob escolta policial no Fórum da Barra Funda, em São Paulo, na manhã de quinta-feira, para ser apresentado em audiência de custódia. No dia anterior, fora pego tentando levar uma caixa de bombom, avaliada em R\$ 56,10, de uma loja em um shopping da Avenida Paulista, na zona sul. Reincidente, já havia cumprido pena pelo mesmo crime, mas recebeu liberdade provisória. “A probabilidade de esse rapaz permanecer preso, se não fosse a custódia, era grande. Qual a periculosidade de quem tenta furtar algo desse valor?”, questiona o defensor público Vitore Maximiano.

Segundo dados da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), já foram realizadas cerca de 47,8 mil audiências de custódia no Estado de São Paulo até dezembro de 2016. Em 56,7% delas, o juiz confirmou a prisão do suspeito. Considerando apenas a capital, esse índice cai para 49,7%. “O número de solturas depende muito da gravidade dos crimes e da condição pessoal de cada preso. A ideia não é de soltar de forma indiscriminada”, afirma o presidente do TJ-SP, o desembargador Paulo Dimas.

Para Leonardo Scofano, presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), as audiências têm “cumprido seu papel”, mas a proposta precisa ser ampliada. “Enquanto não for estabelecida de forma universal, não vai garantir todos os objetivos: diminuir a população carcerária, especialmente de presos provisórios, e

também fiscalizar eventuais abusos da polícia, na prisão com violência e tortura.” Ele também cobra “continuidade” do programa, com audiências aos fins de semana e feriados.

Prisões. Para o secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, as audiências de custódia têm efeitos positivos no sistema prisional do Estado. O primeiro é que elas reduzem, de fato, a porta de entrada dos presos. O segundo é que, ao ter a oportunidade de ver um juiz e um promotor antes de ir parar em um Centro de Detenção Provisória (CDP), o preso já teve oportunidade de denunciar eventuais irregularidades em sua prisão. “Passamos a receber um preso menos agressivo, menos revoltado.”

A medida também reduz os gastos da SAP, pois cada preso deve ser identificado e receber uniforme, kit higiene e uniforme. “Isso tem um custo”, diz o secretário. Segundo Gomes, as audiências trazem ainda uma vantagem para os detidos: eles não são “matriculados no sistema” em casos em que não há necessidade da prisão ou quando ela é irregular. “A matrícula é uma marca na vida da pessoa.”

Estabilidade. O efeito das audiências foi a estabilização da população carcerária no Estado. Desde março de 2016, o número de detentos em São Paulo manteve-se em cerca de 231 mil, o que não ocorria há muito tempo. Assim, diminui a pressão pela construção de novas penitenciárias, o que também aumenta o custo do sistema para o Estado. / FELIPE RESK e MARCELO GODDY

18 de 27 Estados prendem mais

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre as audiências de custódia, que devem virar regra em todo o País, apontam que em 18 das 27 unidades federativas do Brasil os juízes decidem prender mais do que soltar. Com prisões abaixo da média nacional, São Paulo conseguiu frear o aumento da população carcerária - apesar de o programa não atingir 100% do Estado.

Foram realizadas 174.242 audiências de custódia no Brasil até dezembro de 2016, segundo o CNJ. Em 93.734 dos casos, ou 53,8%, o suspeito foi encaminhado para uma unidade prisional, após o flagrante ser convertido em prisão preventiva.

O Rio Grande do Sul é o Estado que mais prende em audiência de custódia, segundo o estudo, com 84,88% dos flagrantes convertidos em preventivas. Na outra ponta, está Alagoas, com 21,2% de prisões, mas só 99 audiências.

30 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO Intromissão perigosa

Um dos importantes desafios que a sociedade brasileira tem de enfrentar é a intromissão de membros do Poder Judiciário, que agem como se tivessem sido escolhidos pelos cidadãos por meio do voto, na seara administrativa. Episódios de grave afronta ao princípio constitucional da separação dos Poderes da República têm sido observados em decisões judiciais recentes, notadamente monocráticas, que tolhem a ação do Poder Executivo nas três esferas de governo – União, Estados e municípios. O mais novo capítulo desse desatino institucional envolveu a decisão da Prefeitura de São Paulo de aumentar os limites de velocidade nas Marginais do Pinheiros e do Tietê.

Alegando o chamado “princípio da vedação do retrocesso social”, o juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 4.^a Vara de Fazenda Pública do Estado de São Paulo, proibiu o prefeito João Doria de aumentar os limites de velocidade nas Marginais a partir do dia 25 de janeiro, conforme plano de governo amplamente divulgado durante a campanha eleitoral. O magistrado invoca aquele princípio por entender que o suposto aumento do risco de acidentes fatais pela alteração das velocidades máximas permitidas nas vias representaria um retrocesso face à política pública implementada pela administração anterior, que, ao diminuir os li-

mites de velocidade, teria levado à redução do número de mortes. A decisão do juízo de primeiro grau teve caráter liminar, mas não deixou de ser descabida e preocupante. Menos por seus efeitos – já sustados por decisão da 13.^a Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) – e mais pela razão alegada.

A vedação do retrocesso social surgiu na jurisprudência europeia durante a década de 1970, notadamente na Alemanha, na Inglaterra e em Portugal, países que precisaram implementar medidas econômicas restritivas que se opuseram aos benefícios ofertados aos cidadãos pelo chamado “Estado de bem-estar”, então já bastante consolidados. Não obstante a nobreza daquilo que pretende preservar, o princípio da vedação do retrocesso social é um equívoco tanto do ponto de vista ideológico como do pragmático.

Conceber o progresso social como um inexorável processo linear e contínuo – livre de sobressaltos ou eventuais recuos – configura aquilo que o jurista português José Joaquim Gomes Canotilho – hoje um crítico do princípio que ajudou a formular – chamou de “otimismo inabalável”. Trata-se da adoção de uma visão determinista da História, além de representar uma clara dissociação entre o Direito e a realidade. Mas, além dessa indagação atinente ao campo ideológico, na decisão relativa às Marginais há o gravíssimo problema

constitucional da invasão de Poderes e seus efeitos nocivos para os cidadãos, que passam a viver em um ambiente de incerteza jurídica e paralisia administrativa.

Quando juízes – de qualquer instância – arvoram-se em fiscais da vontade popular expressa por meio do mais basililar instituto democrático – a eleição direta –, subvertem o papel social e constitucional que cabe ao Poder Judiciário, qual seja, o de garantir direitos e intervir em casos que configuram violação das leis. Ao imiscuírem-se na implementação de políticas públicas – que podem e serão mudadas se assim os eleitores decidirem –, magistrados concursados agem livres do ônus político que recai apenas sobre aqueles ungidos pelo sufrágio popular, e por esta razão gozam de liberdade de ação proporcional à responsabilidade advinda das urnas, limitada tão somente pela lei.

A perigosa intromissão do Judiciário em decisões administrativas que, originalmente, cabem ao Executivo anula as regras do jogo democrático e, na prática, tira dos cidadãos a prerrogativa de escolher diretamente os representantes que, uma vez eleitos, podem mudar políticas públicas de acordo com a realidade que se lhes impõe. Alegar uma suposta segurança jurídica trazida por princípio de duvidosa aplicação e sem amparo legal é mais do que tolher a ação do Executivo. É cercar a própria liberdade de escolha dos eleitores.

30 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Delações sem fim, criminosos sem pena



Conforme noticiou o Estado, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, preso desde novembro passado, estuda pedir acordo de colaboração premiada.

Ciente de que são bastante reduzidas suas chances de derrubar por meio de *habeas corpus* os três decretos de prisão expedidos contra ele, almeja melhorar sua situação dando informações relevantes para a elucidação de outros crimes e a responsabilização de outros criminosos. Cabral não é o primeiro caso nem parece que será o último. Volta e meia divulga-se, por exemplo, a disposição do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha de colaborar com a Justiça e assim ter reduzidas suas penas. Desde a instauração da Operação Lava Jato, o País assiste a um bom número de delações, feitas e outras tantas ainda em andamento. Agora, a delação mais esperada é a de Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira que leva o nome de sua família. Só nesse ramo da Lava Jato consta que haja 77 delações.

Não há dúvida de que as delações premiadas podem ser um ótimo instrumento de investigação, rompendo o silêncio e a cumplicidade das organizações criminosas. É um acordo – o Estado oferece um significativo benefício na pena do criminoso em troca de informações que permitam elucidar outros e maiores crimes. Essa foi a experiência internacional que motivou o Brasil a introduzir, em seu ordenamento jurídico, a possibilidade da colaboração premiada. Atualmente, várias são as leis que preveem a delação, como a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990), a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998) e a Lei de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei 11.343/2006). No momento, a Lei 12.850/2013, sobre as organizações

criminosas, é a que contempla de forma mais completa a colaboração em troca da redução de penas. Seu art. 4.º diz: “O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até dois terços a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada”.

Comparada com a experiência internacional, trata-se de uma legislação bastante generosa com os delatores. Não raro se permite, em outros países, apenas um único colaborador da Justiça para cada crime. Aqui, parece não haver qualquer restrição de número de delatores. Todos dizem um pouco mais do que os investigadores já sabem e ao final todo mundo tem sua pena reduzida. Ao contrário do objetivo inicial, a delação passa a ser vista como um meio para a impunidade, ainda que relativa. Todo mundo fala algo e todo mundo vai para casa mais cedo. Ora, isso é evidente abuso do instrumento da delação.

Além dessa banalização, aqui parece se aceitar a delação de todas as pessoas envolvidas no crime, seja qual for a sua posição hierárquica na organização criminosa. O habitual em outros países é que a colaboração premiada seja um meio para chegar aos lí-

deres do crime. No Brasil, qualquer um, mesmo que esteja na mais alta posição na cadeia do crime, pode delatar. É de perguntar: quem o chefe da quadrilha irá delatar? Vale a pena diminuir a pena do chefe da quadrilha em troca de informações menores? Corre-se o risco de que o desejo de que nenhum crime fique sem solução – fazendo mil e um acordos de delação premiada – leve a que nenhum criminoso cumpra por completo sua pena. Tal sistema não é muito racional.

Se os elementos probatórios obtidos contra o ex-governador Sérgio Cabral são tão sólidos que ele só vê meio de diminuir a pena com a delação premiada, quais informações tão relevantes ele terá a dar para que se firme um termo de colaboração e sua pena seja reduzida?

Até aqui a delação teve um papel essencial para o bom andamento da Lava Jato. Por que, então, banalizar seu uso?

O ministro está morto. Viva o ministro!

Se a morte de Teori Zavascki e o peso crescente do STF põem mais uma vez em evidência a fragilidade da nossa (des)ordem institucional, a conversa de surdos em "loopying", tão igual a si mesma que não faz senão aborrecer e alienar, em que se transformou a discussão pública do drama-lhão nacional mata qualquer esperança de melhora.

Ao fim de três anos encailhado o País colhe as provas de que o destino do processo que pode mudar o seu destino não está referido a leis e procedimentos certos e sabidos nem a respeito de delitos tão elementares quanto o assalto recorrente aos bens públicos por agentes do Estado e empresários por eles cooptados. Tudo está pendente exclusivamente da maneira como houve por bem tratá-los desta vez, e somente desta vez, o ministro morto, em cujas mãos a impertinência de um juiz dissonante jogou a sorte dos políticos denunciados na Operação Lava Jato. E, sendo assim, tornar a sua sucessão neutra e tranquila como deveria ser se fôssemos regidos por instituições, e não por pessoas, é uma missão impossível, se não por todas as outras razões, porque na verdade ninguém sabe exatamente se e como Teori Zavascki se teria decidido a agir em relação aos seus quase réus. Tudo a esse respeito é "segredo de Justiça", expressão que, já de si, é uma contradição em termos. Havia só vagas indicações sobre o que ele "estaria pensando" em fazer.

Tudo, portanto, pode mudar se mudar o relator, ainda que não mudem os fatos que ele relata. Sendo o objeto do processo a nata dos brasileiros "especiais", aqueles que vivem do e para o

Nono existe o menor risco de que qualquer coisa realmente mude para melhor...

Estado e estão acima da lei, a única "providência" possível, mesmo para as nossas autoridades mais altas e mais bem-intencionadas, é procurar alguém que "seja parecido" ao ministro morto em matéria de "pensamento jurídico", seja o que for que tal expressão queira dizer, o que garante que não existe o menor risco de que qualquer coisa mude realmente para melhor no final dessa história. A hipótese menos ruim é que, com a ajuda da sorte, esse incidente não chegue a fazer tudo piorar muito, como tantas vezes já aconteceu em episódios semelhantes da História do Brasil.

Nada a estranhar. É essa mesma a lógica do "sistema corporativista". Transferir intacta, de sua majestade para os três Poderes do novo sistema, a prerrogativa de distribuir a quem lhe interessar pudesse, não mais títulos explícitos de "nobreza", mas sim "direitos adquiridos" eternos e frequentemente até hereditários, e encarregar o Poder Judiciário de "republicanamente" fazê-los valer nos seus tribunais, em vez de simplesmente no cada falso como ocorria antes, foi o artifício com que a elite em torno do imperador exorcizou a revolução democrática que varreu o absolutismo da Europa e castrou a República que tentou se insinuar ao Brasil.

A "Nova República", a partir de 1988, apenas deu a última forma à velha aberração. Desde então a "privilegiatura" saiu do armário e a própria "Constituição da República" passou a ser oficialmente o repositório dos seus "direitos adquiridos", dos mecanismos que automatizam

a sua contínua expansão e das "pétreas" garantias da sua intocabilidade.

Assim como sua congênera norte-americana, o modelo de onde tiramos a nossa, a Suprema Corte tem por função avaliar a consonância de todos os atos dos outros dois Poderes e mais os das instâncias inferiores do próprio Judiciário com a Constituição. O problema é que a Constituição americana, com 230 anos, tem sete artigos e 27 emendas, todos definindo exclusivamente quais são os direitos de todos ficando tudo o mais fora da lei, e a brasileira, com 29 anos, tem 250 artigos e 93 emendas, quase todos definindo aquilo que é apenas de alguns, em aberta contradição com os Princípios Fundamentais que enuncia no primeiro dos seus nove capítulos, o único que guarda algum parentesco com ideais democráticos autênticos. É um falso problema, portanto, o tão criticado "protagonismo" do STF que um poder Legislativo desmoralizado invoca na sua disputa de poder com o Judiciário e em torno do qual a imprensa e seus "especialistas" de plantão, ingênua e infundavelmente, "batem caixa". Assim como é uma completa perda de tempo qualquer tentativa de cercá-lo sem tocar na sua causa estrutural, pois o "protagonismo" não é da Corte, é da Constituição, e tudo acabará sempre obrigatoriamente no Supremo se tudo e mais alguma coisa continuar podendo ser enfiado na Constituição.

CONTINUA

30 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Tudo, no drama brasileiro, está referido a essa mutilação essencial que fez da nossa tão proclamação “democracia” um falso brilhante. Passados 118 anos de distribuição desenfreada desses privilégios cá está o Brasil, como era típico de todo o sistema feudal e pelas mesmíssimas razões, estertorando na miséria, enquanto a Corte onde tudo o mais anda sempre tão devagar passa lei atrás de lei a favor de si mesma, como se vivesse em outro planeta. Em pleno século 21 e com a democracia moderna, que foi inventada justamente para acabar com isso, comemorando o seu 241.º aniversário, não conseguimos superar sequer as angústias e incertezas vividas pelos súditos das monarquias desaparecidas desde o século 19, nas quais a morte do rei impunha a todos o que a sorte decidisse sobre a personalidade do herdeiro do trono, com a diferença de que hoje não temos rei, temos reis.

Não adianta sonhar com a redução da corrupção sem tocar na indemissibilidade do servidor público e no condicionamento da duração dos mandatos dos representantes eleitos estritamente à satisfação dos seus representados. Não adianta tentar impedir a manifestação dos efeitos sem tratar de remover as suas causas. Enquanto não nos decidirmos a banir da Constituição e da nossa ordem legal como um todo o que nelas está em contradição com o princípio da igualdade de todos, em direitos e em deveres, perante a lei, continuará sendo ilegal tornar sustentável a economia e inconstitucional fazer justiça ou dar os passos necessários para extinguir a miséria no Brasil.

JORNALISTA, ESCREVE
EM WWW.VESPEIRO.COM

30 JAN 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça nega pedido de concessionária para não reassumir Maracanã

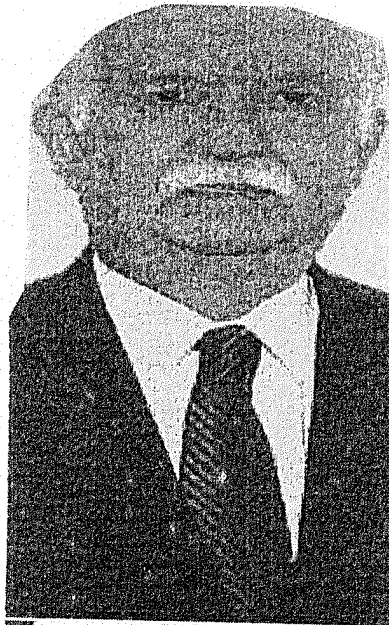
O desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), negou, na quinta-feira (26), o pedido do Complexo Maracanã Entretenimento S/A para não reassumir o estádio, no Rio de Janeiro. A decisão foi divulgada sexta-feira.

A concessionária, de propriedade da Odebrecht, havia impetrado recurso contra decisão da Justiça do Rio de reassumir a gestão e a administração do Complexo Esportivo do Maracanã (Estádio Mário Filho - Maracanã e Ginásio Gilberto Cardoso - Maracanã-zinho) sob pena de multa diária de R\$ 200 mil.

A liminar (decisão provisória) determinando que a Odebrecht reassumisse "imediatamente" a manutenção e operação do estádio foi concedida no dia 13 de janeiro pela juíza Fernanda Louzada, da 4ª Vara de Fazenda Pública do TJRJ. A magistrada acatou ação impetrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

30 JAN 2017

METRO



Videoconferência

Processos mais rápidos

O presidente do TJPR, Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos (foto) e representantes do MP, do Governo do Estado e da OAB assinaram na sexta-feira uma instrução permitindo o uso de videoconferência no âmbito criminal. Assim o interrogatório, inquirição de testemunhas e demais atos processuais poderão ser feitos sem a necessidade de deslocamento do preso. "É uma inovação que vai trazer celeridade, economia e segurança", diz Vasconcelos.

METRO

30 JAN 2017

560 vagas abertas em concursos no Paraná

Oportunidade. Os cargos variam conforme a escolaridade e os salários podem ultrapassar os R\$ 25 mil. Editais já estão lançados

Quem deseja ingressar em um órgão público tem boas oportunidades em 2017. Somente no Paraná, 560 vagas estão abertas com editais já lançados para concursos públicos.

As oportunidades são para todos os níveis de escolaridade - fundamental, médio, técnico e superior. Conseqüentemente, os salários variam bastante. A partir de R\$ 937 para um servente de obras até mais de R\$ 25 mil para cargo de juiz.

A prefeitura de Astorga é a que tem a maior número de vagas - são 102 no total. Já dentre os órgãos estaduais, os que contam com o maior número de oportunidades são: o TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), com 105 va-

gas, a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), com 102 vagas, todas para professores, e a Polícia Científica, que vai contratar 54 peritos e auxiliares. Na esfera federal, a UFPR (Universidade Federal do Paraná) abriu 29 vagas para professores de áreas variadas.

Atenção

Para participar dos concursos, o candidato precisa estar atento aos prazos de inscrições, pagamento de taxas e realizações das provas (o infográfico abaixo contém os sites de todas as entidades que estão com editais abertos).



LEONARDO
FILHO
MÉDIA

Carreira

Orientação pode ser feita de graça

A ESIC Business & Marketing School oferece o serviço gratuito de Coaching de carreira para alunos e a comunidade. O aconselhamento, em duas etapas, tem como objetivo ajudar a pessoa a fazer escolhas acertadas no âmbito profissional. Cada etapa dura, em média, de 30 a 40 minutos. Agendamentos pelo (41) 3094-7775 ou daac@esic.br.

METRO CURITIBA

30 JAN 2017


JORNAL DO ÔNIBUS



Como plantonista no recesso, Cármen Lúcia pode tomar sozinha a decisão da homologação

Cármen Lúcia homologará delações da Odebrecht

Presidente do Supremo deve tomar decisão até amanhã

 A expectativa no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Palácio do Planalto é de que as delações da Odebrecht sejam homologadas pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, entre hoje e amanhã, já que os juízes auxiliares da equipe do ministro Teori Zavascki, morto no dia 19, encerraram no sábado (28) as audiências com os 77 delatores da empreiteira. Esse é o último passo antes da confirmação dos acordos firmados por executivos e executivos com o Ministério Público Federal.

Como presidente da Corte, Cármen Lúcia é plantonista no recesso do Judiciário, que termina na quarta-feira (1º). Nessa condição, a ministra é responsável pelas medidas urgentes no tribunal durante o recesso e, por isso, tem legitimidade para tomar a decisão sozinha. Essa prerrogativa foi reforçada pelo pedido de urgência protocolado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Somente após essa etapa, o Ministério Público Federal pode usar o material para iniciar investigações formais contra autoridades e políticos com foro citados pelos delatores.

Integrantes do Supremo e da Procuradoria-Geral da República avaliam que a autorização dada por Cármen Lúcia para que a equipe de Teori continuasse a trabalhar mesmo após a morte do ministro já foi um forte indicativo de que a presidente do STF pretende ser breve na homologação. A medida tem três objetivos: garantir que não haja atrasos no processo da Lava Jato, sinalizar à opinião pública que não há qualquer mudança no ritmo e na disposição do tribunal quanto às investigações e, enfim, tirar a pressão para a escolha do novo relator a toque de caixa. ●

28 JAN 2017

IMPACTO PARANÁ

UM PROCESSO QUE VALEU EMISSORA DE TELEVISÃO!

Impacto volta ao passado para recordar um assunto que sepultaram ou pelo menos tentaram sepultar, e que envolve um nebuloso negócio. E que negócio!

José Carlos Martinez e Flávio Martinez, os irmãos que nos anos 80 eram os donos da Rede OM, Canal 6, de Curitiba, plantaram em Cascavel, cidade do sudoeste paranaense, ainda pequena naqueles tempos, uma emissora de televisão, a TV Carimã.

Era um instrumento para fazer dinheiro. Muito dinheiro. Naqueles tempos já se sabia que concessão de TV não podia ser vendida, porque era decisão de governo que não entrava neste tipo de negócio, embora sempre dessem um jeitinho.

Nem a ditadura, que na época se dizia tão rigorosa, colocou o dedo em uma ferida aberta naqueles tempos. Os irmãos Martinez, José Carlos e Flávio, acertaram um negócio para garantir financeiramente a Rede OM que andava mal das pernas.

Depois de muitos anos desta Rede OM, que prosperou de Cascavel até Londrina e foi se ampliando, resolveram negociar aquela concessão, mesmo sabendo que era proibido tal procedimento. Venderam para um grupo comando pela Rede Independência de Televisão, a dita concessão, origem hoje da RIC, uma rede de televisão dos Petrelli.

Que inclusive tem, na atualidade, extensão em Santa Catarina. Prova de que o negócio prosperou. Na época, o Grupo Petrelli uniu-se com Mario José Gonzaga Petrelli, Silvio Name, Oriovisto Guimarães, e outros, transformando a TV Independência Ltda. em poderoso grupo que passou a atuar no ramo televisivo, ampliando seus negócios que já prosperavam com a Rádio Independência de Curitiba.

Mas, como foi possível a venda desta concessão, é assunto que não resistiria uma investigação do tipo Operação Jato, porque envolveu muitos assuntos de interesse político.

A TV Carimã, nasceu em 1986 e em 1987 nascia a RICTC-TV Independência S/A, que se expandiu para Cornélio Procópio, Maringá e Toledo, sem falar nas afiliadas catarinenses, em número de seis emissoras, com nascimento catarinense em 1989.

ESPÓLIO

Em 1992, nasceu um processo na Justiça através do Espólio de Adalberto Manoel do Nascimento, tendo como terceiros, interessados na dita ação, Felipe Rodrigo da Conceição do Nascimento e Danielle Patrícia do Nascimento, filhos do saudoso Adalberto.

A esposa de Adalberto, Maria Eltrida Rosa do Nascimento, figura neste processo que nasceu para investigar como a assinatura de transferência desta concessão de televisão se tornou possível se, sua assinatura foi colocada no documento deste negócio depois que o mesmo já havia falecido.

Impacto vem há muitos anos acompanhando a situação que, no ano passado, teve mais um capítulo em apreciação na Justiça. O processo original 0000178-9.1992.8.16.0001, teve intimação de audiência de parte da 16ª Vara Cível de Curitiba.

Não se sabe se foi ou não resolvida a situação. Se houve ou não um acordo com o Espólio de Adalberto Manoel do Nascimento. Muitas especulações caminham a respeito trazendo dos bastidores informações quanto a um acordo que teria, finalmente, sepultado o dito processo. Ocorre que, a esta altura, ficam as dúvidas em torno de muita grana que o governo federal deixou de receber através de uma maquiavélica orquestração.

Há gente interessada em acionar o Ministério Público para que uma Operação no estilo Operação Lava Jato, finalmente, conte em detalhes como ficou toda esta situação.

Impacto voltará ao assunto.

28 JAN 2017

IMPACTO PARANÁ

COLUNA DO OGIER BUCHI

O SUPREMO NOS ORGULHA?

Certamente não! Envolvido a cada dia mais na onda do judicialismo, mostra cada vez mais as suas diatribes, suas entranhas e se expõe de maneira dolorosa a mídia sequiosa de desconstrução do Poder Judiciário.

A ideia de que nossa vida, em última análise depende diretamente da conduta e lisura daquela Corte me assusta e muito. Os recentes episódios que envolveram a morte de um Ministro em nada contribuem para a melhor construção da imagem da Corte Maior. Fato incontestável que o Supremo esta cada dia que passa mais parecido com o Executivo! Triste.